

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS • VOL. 25 • Nº 8 • AGOSTO 2005 • R\$ 12,00



INFRA-ESTRUTURA

Gargalos reduzem competitividade

Crise agrava as carências de armazenagem, transporte e portos

TIRA-DÚVIDA:

Para que serve
o Protocolo
de Cartagena



CAFÉ

Vem aí a
Conferência Mundial

SAFRA

Área cai, mas produção
pode surpreender

ENERGIA

As alternativas
do biodiesel

Banco do Brasil.

O avalista de suas exportações.

Com o BB CPR Exportação, além do produtor comercializar sua produção em moeda estrangeira, você ainda conta com o aval e a segurança do Banco do Brasil.



O tempo
todo com
você



Luz no fim do túnel

Fatores de ordem macroeconômica sempre afetaram de forma negativa a competitividade do setor primário nacional. E isso agora se repete, fazendo com que o esforço despendido em ganhos de produtividade e o espírito empreendedor do agronegócio sejam perdidos.

A taxa de juros elevada é perversa para a produção. O crédito rural a taxas controladas atende à cerca de 40% do orçamento de custeio das lavouras. Uma parcela substancial precisa ser captada em outras fontes. O *mix* entre a taxa de juros controlada e a livre de mercado representa um ônus financeiro pesado.

Já o câmbio com o real valorizado frente ao dólar causa impacto direto na renda do produtor, principalmente naquelas *commodities* com preço formado no mercado internacional. É o caso da soja, carro-chefe da expansão recente da área e da produção brasileira de grãos. Felizmente, na parte que toca às exportações, a situação preocupa, porém ainda não é dramática.

Além da macroeconomia, também as deficiências de logística e de infra-estrutura (armazenagem, transporte e portos) reduzem a competitividade do setor. E o problema se agrava à medida que a produção avança pelo interior do País. As distâncias aumentam e se faz necessário um controle sincronizado para levar a produção até os centros de consumo e para os portos. A lei de modernização dos portos e a privatização da Rede Ferroviária Federal, respectivamente, em 1993 e 1996, trouxeram benefícios substanciais. Agora, com a aprovação das Parcerias Público-Privadas, abrem-se perspectivas promissoras para os próximos anos. Esses temas merecem destaque nesta edição de **Agroanalysis**.

Mesmo com todas essas pedras no caminho do agronegócio, as expectativas são positivas. As recentes projeções da FAO, órgão da ONU para agricultura e alimentação, e da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

reservam um papel de destaque para o Brasil. O grande desafio é como administrar o ritmo de crescimento para não sacrificar renda e liquidez.

Com o alto endividamento do campo, o momento é de transição: um ajuste fino do agronegócio ao novo patamar de 130 milhões de toneladas. Isso passa por instrumentos de crédito adequados e na aplicação de uma política de seguro voltada à produção. Questões como a logística e a infra-estrutura ganham prioridade nesta fase.

Os números do agronegócio resultaram em sua enorme exposição e visibilidade junto à opinião pública. Diante disso, as lideranças do setor devem se preocupar com aspectos relacionados à imagem e à comunicação externa. De um lado, mostrar à sociedade em sua plena e total desvinculação com as atividades predatórias, como o desmatamento de florestas, e de outro, divulgar a tecnologia que permitiu a conquista sustentável do Cerrado, o plantio direto e a integração de grão e pasto, entre outras inovações.

Há outras questões básicas a serem desenvolvidas de forma articulada com o governo. O cumprimento das normas de sanidade ganha importância, principalmente diante do peso crescente das carnes nas exportações brasileiras. Esta exigência dos países importadores, tinha que endurecer ainda mais. Ações pró-ativas e firmes nas negociações internacionais são extremamente necessárias.

Diante do fraco resultado econômico da última colheita, o momento exige muita cautela, principalmente nesse período de tomada de decisão sobre o plantio da safra 2005/06. Não se nota o mesmo ânimo e pique das safras anteriores. A relação de troca está desfavorável. Mesmo com um recuo na área plantada e a menor adoção de tecnologia, não será de espantar um novo recorde de produção. É só lembrar que problemas climáticos levaram à quebra na colheita das temporadas 2003/04 e 2004/05. Se tudo correr bem, o quadro pode mudar e surpreender. ■

Falta prudência ao agricultor

BRUNO BLECHER

O produtor brasileiro gasta mal e comete exageros na hora de investir. A advertência é do economista Fernando Homem de Melo, professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo.

“Tivemos dois anos excepcionalmente bons em termos de rentabilidade agrícola (2003/2004), com algumas exceções. E, agora, temos um ano ruim, com queda da renda agrícola. O que o agricultor fez com os recursos arrecadados a mais em 2003/2004? Falta-lhe prudência financeira. Ele compra cinco colheitadeiras, em vez de duas. E desperdiça dinheiro comprando terras”, diz Homem de Melo.

Para ele, a cultura do agricultor de prorrogar suas dívidas este ano foi beneficiada pela fraqueza do governo. Com recursos escassos, o governo deveria ter priorizado o Rio Grande do Sul, afetado por forte seca. E não tentar socorrer todos os produtores, como está fazendo.

Homem de Melo dá uma receita para o produtor. Ler mais, consultar as previsões macroeconômicas e, principalmente, ficar de olho no comportamento do câmbio.

Agroanalysis - Depois de três anos de bonança, a agricultura volta à crise, repetindo-se os ciclos de altas e baixas. Quando o setor vai ganhar mais estabilidade?

Fernando Homem de Melo - A agricultura é uma atividade muito sujeita a flutuações. A primeira fonte de risco é a própria natureza, o clima, que, aliás, foi o problema deste ano e de 2004 no Rio

Grande do Sul, afetado pela seca. A outra razão é que, ao contrário das grandes empresas industriais, o agricultor não tem controle sobre os preços que vai receber no momento em que planta. Então, existe uma defasagem de seis a oito meses e, às vezes, de alguns anos. Lógico que há mecanismos de proteção, como o mercado de futuro, mas apenas os empreendedores mais bem-informados



"Há uma queda da renda agrícola. Os 20 principais produtos agrícolas perderam R\$24 bilhões, de 2004 para 2005"

usam o mercado futuro, tanto no Brasil como no exterior. E hoje a grande novidade é o mercado futuro sul-americano da soja. Então, o mer-

cado, com ou sem apoio do governo, vai desenvolvendo alguns mecanismos de proteção contra a flutuação de preços, mas não são para todos os produtos. Por exemplo: não há mercado futuro para mandioca, feijão e hortaliças.

Agroanalysis - No caso dos produtos voltados para o mercado interno, o governo não deveria ter uma participação mais efetiva?

Homem de Melo - Sem dúvida. Existem os mecanismos mais convencionais, como preço mínimo, estoques reguladores; e outros mais modernos, como o contrato de opções. Acho equivocado e pouco eficiente o governo intervir hoje em mercado de produtos comercializados internacionalmente. Não se pode utilizar uma política de preços mínimos para a soja, por exemplo. O momento atual é de queda do preço internacional da soja e com uma acentuada apreciação da taxa de câmbio. A grande maioria dos preços de mercado está abaixo do preço mínimo, em função de duas variáveis, que, além da seca, atuaram drasticamente contra a comercialização agrícola: a queda do preço em dólares e a acentuada apreciação da taxa de câmbio. Nos últimos dois anos, a desvalorização do dólar em relação ao real foi de cerca de 20%, em termos reais.

Agroanalysis - É o câmbio, então, a principal causa desta crise?

Homem de Melo - Não é só o câmbio que afeta os preços agrícolas. Existem três grandes preços na economia. O primeiro e mais importante é o câmbio. O segundo é a taxa de juros que o Ban-

co Central adota, que hoje está em quase 20% para uma inflação de 5%. O terceiro consiste dos salários. Hoje, o salário está em queda

e não é fonte de pressão, mas a comercialização agrícola está sendo bastante prejudicada pela apreciação do câmbio, a queda de preços internacionais e pelos juros extremamente elevados, que impedem qualquer tentativa de se manter estoques mais elevados.

Agroanalysis - E os instrumentos de financiamento que foram lançados pelo governo?

Homem de Melo - Acho que eles são muito bons, mas só quando a taxa de juros cair. Hoje, a melhor fonte de recursos para a agricultura é a do mercado internacional. Grandes empresas exportadoras, *tradings* e indústrias de insumos têm mostrado capacidade de tomar recursos do mercado internacional a juros baixos para financiar a agricultura. Então, o Banco do Brasil, que tem acesso ao mercado internacional, poderia tomar dinheiro lá fora. Mas o problema é a que taxa ele vai emprestar. Grandes cooperativas também podem ir lá fora pegar dinheiro e financiar os agri-

cultores. Mas essa não é uma solução para todo mundo. E é uma solução sujeita a riscos, que foi o que ocorreu em 99, quando houve a mudança do regime cambial. Quem estava endividado em dólares sofreu um grande baque.

Agroanalysis - Qual é o tamanho real desta crise?

Homem de Melo - Houve uma queda da renda agrícola, de acordo com os números do Ministério da Agricultura. Os 20 principais produtos agrícolas perderam R\$24 bilhões, de 2004 para 2005.

Agroanalysis - Mas os produtores não 'fizeram a festa' em 2003/2004?

Homem de Melo - Isso toca em um ponto crucial do procedimento do agricultor brasileiro. Tivemos dois anos excepcionalmente bons em termos de rentabilidade agrícola (2003/2004), com algumas exceções. E agora temos um ano ruim, com queda da renda agrícola. Mas o que o agricultor fez com os recursos arrecadados a mais em 2003/2004? Falta prudência financeira ao agricultor. Este ano, a crise também não foi a mesma para todo o País. Foi mais intensa no Rio Grande do Sul e com menor gravidade no

Paraná, em São Paulo, Minas e no Centro-Oeste. Acho que a prioridade é socorrer o Rio Grande do Sul, e não todo o Brasil, como o governo fez.

Agroanalysis - Como funciona a cabeça do agricultor? Tem

safra em que ele ganha muito dinheiro. Mas quando aparece uma crise, ele corre para pedir prorrogação das dívidas.

Homem de Melo - A cultura do agricultor, de prorrogação de dívidas, este ano, foi beneficiada pela fraque-

"A crise era previsível. Ela já dava sinais no ano passado, no momento do plantio, quando o agricultor brasileiro pensava no plantio da safra 2004/05"

**"É assustador:
o agricultor não
olha o câmbio!
Ele age errado,
é mal-informado"**

za do governo. Isto pode ter facilitado os grupos de pressão. Alguns deles, legítimos, como o Rio Grande do Sul. Outros, não. Com escassos recursos, o governo deveria ter priorizado o Rio Grande do Sul. No mais, cuidar caso a caso. O agricultor gasta mal, comete exageros nos investimentos. Compra cinco colheitadeiras, em vez de duas. Outra grande fonte de desperdício é comprar terras.

Agroanalysis - Há três anos, esta crise já não era previsível?

Homem de Melo - Sem dúvida que era, porque na área de grãos, no caso da soja, houve dois anos consecutivos de quebra na safra norte-americana, que

bio, que hoje está ao redor de R\$ 2,30. É assustador: o agricultor não olha o câmbio.

Agroanalysis - Não olha porque não entende?

Homem de Melo - Ele age errado, é mal-informado. Alguns até são bem preparados. O Banco Central tem um boletim que é publicado toda segunda-feira, que se chama Relatório do Mercado. Todos os produtores com acesso à Internet podem consultar este boletim, que tem apenas três ou quatro laudas, mas com previsões e todas as variáveis macroeconômicas, inclusive a taxa de câmbio para o final de 2005/2006. Essas projeções são

de política agrícola e crédito agrícola, deve aprender a observar e acompanhar variáveis

macroeconômicas. A safra de 2005/2006 não vai ser maravilhosa, é o fundo do poço, mesmo porque a atual política macroeconômica de juros na estratosfera e câmbio apreciado é absolutamente insustentável. Só está sendo sustentada pelas boas condições do mercado internacional.

Agroanalysis - O agricultor tem disponível, hoje, boas informações?

Homem de Melo - O nível de informação melhorou muito, mas ainda tem muita besteira. A Internet sozinha não resolve o problema. O agricultor precisa aprender a selecionar as informações. Ler jornal também é importante, pois tem um conteúdo analítico. A informação passou a ser

um insumo muito importante. O produtor precisa estudar o câmbio, principalmente a tendência do câmbio.

Agroanalysis - E a agricultura energética. Quando vai começar a ter algum significado no mercado de grãos?

Homem de Melo - O álcool já está tendo. Hoje, o carro bicombustível é um sucesso, mas isto está afetando o mercado internacional de açúcar. O biodiesel é visto com mais reticências. O custo de produção é muito alto. Ainda é muito caro produzir o combustível substituto ou complementar ao diesel, à mistura de 5%. Se o governo não eliminar tributos, o biodiesel será inviável. Mas as experiências devem continuar, principalmente porque existem grandes vantagens ambientais. ■



é o principal produtor mundial. A crise deste ano já dava sinais no ano passado, no momento do plantio. Em meados do ano passado, quando o agricultor brasileiro pensava no plantio da safra 2004/05, o agricultor norte-americano estava plantando, e não havia ocorrido ainda o problema climático. Os preços futuros na Bolsa de Chicago já davam sinais de queda. O segundo ponto: a política de aperto monetário do Banco Central, começou em setembro de 2004 e perdura até hoje. Quando começou, a taxa de juros era 16%. Hoje, está em 19,75%. No mês anterior ao aperto monetário, em agosto de 2004, a taxa de câmbio era de R\$3 o dólar. Portanto, o produtor tomou suas decisões com base nessa taxa. Quando começou o aperto monetário, ele deveria estar olhando o mercado futuro de câmbio.

baseadas em opiniões de mais de 100 instituições e analistas do mercado financeiro, grandes e médios bancos, corretoras, entre outros agentes. São pessoas bem-informadas. A taxa de câmbio para o final de 2005 está prevista em R\$2,50. Para o final de 2006, em R\$2,70. Essa informação precisa ser avaliada pelo produtor, para que ele venha a trabalhar com uma taxa, no ano que vem, de R\$2,60, em média. A trajetória é de queda da taxa de juros no Brasil, mas provavelmente isso vai atrasar. Nos EUA, está em 3,5% há 10 meses. Outra grande variável que o produtor deve aprender a verificar semanalmente são os dados da Balança Comercial, que também já dá sinais de enfraquecimento para o próximo ano. Isso significa menor entrada de dólares e menor pressão sobre a nossa taxa de câmbio. Para resumir, o produtor brasileiro, além

Taxa de juros: de volta à queda

ROGÉRIO MORI*

O debate sobre a taxa de juros brasileira ganhou novos contornos nos últimos meses, o foco das discussões voltou a se centrar sobre o início do ciclo de afrouxamento da política monetária no segundo semestre de 2005.

Há seis meses, poucos analistas poderiam imaginar que essa discussão ganharia corpo tão rapidamente, uma vez que os indicadores de inflação se mantiveram pressionados durante boa parte do início do ano, ensejando perspectivas de um quadro inflacionário bem pior.

De fato, a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, acumulou alta de 2,7% nos quatro primeiros meses do ano, indicando uma inflação pressionada para o restante de 2005. Não sem razão, as expectativas de inflação apontaram um quadro em deterioração ao longo dos primeiros meses do ano. As projeções subiram de maneira quase contínua, indicando uma variação superior a 6% para o IPCA no ano, em alguns momentos, bem acima dos 5,1% perseguidos pelo Banco Central (BC) para o ano.

O próprio BC, que iniciou o ciclo de aperto de juros em setembro do ano passado, quando da realização do último aumento da taxa Selic na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de maio de 2005, esperava manter a taxa de juros elevada por um período suficientemente longo, tal como expresso nas atas das reuniões.

As primeiras discussões sobre a possibilidade de um início iminente de cortes na taxa Selic se iniciaram na segunda quinzena de junho, ganhando força em julho e agosto, com alguns analistas apostando que a primeira redução poderia vir bem antes do que o esperado inicialmente.

A mudança de percepção por parte dos economistas quanto à trajetória da política monetária em 2005 foi fundamentada na súbita e inesperada alteração no quadro inflacionário,

desde junho. Contrariamente às expectativas e projeções, vários índices de preços começaram a registrar patamares inflacionários bem mais baixos que o esperado para o período.

O comportamento do Índice Geral de Preços (IGP), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, foi emblemático, com sucessivas deflações nos últimos meses. Grande parte desse movimento foi condicionado pelo comportamento nos preços do atacado, que registraram quedas significativas nos últimos meses. O Índice de Preços no Atacado - DI registrou variações negativas de 0,77% em maio, de 1% em junho, e 0,65% em julho. A maior parte dessas quedas se deveu ao comportamento dos preços agrícolas, que registraram significativas baixas nos últimos meses.

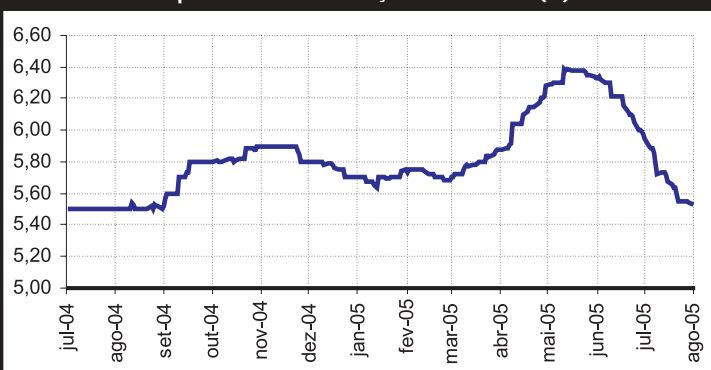
A partir desse quadro, era possível antever um comportamento mais moderado também nos preços ao consumidor, com parte do efeito ocorrido no atacado aparecendo na ponta do varejo. De fato, esse fenômeno ocorreu, e o IPCA, cujas expectativas eram de inflação mais pressionada para o período, registrou variação de -0,02% em junho e de 0,25% em julho, bem abaixo das expectativas de mercado, verificadas há alguns meses.

Ante esse quadro mais favorável de inflação, as expectativas começaram a recuar, aproximando-se cada vez mais dos 5,1% perseguidos pelo BC para 2005. Contribuiu para esse quadro a atividade econômica brasileira em ritmo morno desde o início do ano e o comportamento da cotação da moeda norte-americana, que, apesar das turbulências políticas, se mantém em patamar que não enseja preocu-

pações quanto a possíveis pressões inflacionárias por essa via.

O ponto que mais chama a atenção nesse processo diz respeito ao fato de que a mudança súbita no panorama inflacionário dos últimos meses não foi prevista pelos agentes econômicos, nem mesmo pelo BC. Tal fato reforça as limitações impostas pelas projeções dos analistas e pelo modelo do BC, sugerindo que o aperto promovido da política monetária, levando a taxa Selic ao patamar de 19,75% ao ano, possa ter sido exagerado. Em outras palavras, o aperto recente pode ter posicionado a taxa de juros em um patamar acima do adequado a uma convergência da inflação das metas definidas com custos de crescimento e emprego menores.

Expectativas de inflação - mediana (%)



Fonte: IPCA

Uma alternativa para essa alta potencialmente exagerada por parte do BC teria sido interromper o ciclo de elevações em janeiro ou fevereiro, aguardando maiores desdobramentos do quadro inflacionário. Essa postura menos conservadora teria custos menores do ponto de vista do crescimento econômico em 2005.

Espera-se que, na iminência do início do ciclo de redução da taxa de juros, o BC seja mais sensível ao crescimento econômico, dado o conforto proporcionado pelo cenário de inflação. ■

*Professor e Coordenador do GV-Macro, da FGV/EESP



Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

DIRETOR DA EESP/FGV: Yoshiaki Nakano

DIRETOR DO IBRE/FGV: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

DIRETOR DA EAESP/FGV: Fernando S. Meirelles

CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano

EDITOR CHEFE: Antônio Carlos Kfoury Aidar

EDITOR EXECUTIVO: Luiz Antonio Pinazza

FUNDADORES: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

REDAÇÃO

REDATOR: Bruno Blecher

ARTE: Paulo Victor de Mello e Luciana Carranca (casadarte@terra.com.br)

REVISÃO: Solange Aparecida Visconte

SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Orlando Rossini Jr.

PUBLICIDADE - Representante comercial: Gilberto Gomes de Alencar, tel.: (11) 3287-4529 e celular (11) 9182-8395, e-mail: gilberto.alencar@terra.com.br. Contato comercial: Evandro Jacóia Faulin, tel.: (11) 3281-3220, fax: (11) 3262-3708 e 3281-7891, e-mail: efaulin@fgvsp.br.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS - Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Orlando Rossini Jr. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220 - fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br

PONTO DE VENDA: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar - tel.: (11) 3281-3220; e fax: 3281-7891.



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, que tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Domelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Domelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

VOGAIS: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Márcio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sérgio Franklin Quintella

SUPLENTE: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix de Bulhões, Jacob Palis Jr., José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Nestor Jost

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz César Protásio

VICE-PRESIDENTE: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia.)

VOGAIS: Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martin Gases Indústrias Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Apolônio Neto (Instituto de Resseguros do Brasil-IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Luiz Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A.), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Nicandro Duarte (Souza Cruz SA), Raul Calfat (Votorantin Participações SA), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang.

SUPLENTE: Gilberto Duarte Prado, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza Marino (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Titto Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia SA); Unibanco (União de Bancos Brasileiros SA).

CONSELHO CONSULTIVO

Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista, Estado de Minas Gerais, Fernando Perrone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Roberto Gusmão



3
O AGRONEGÓCIO
É O SEGUINTE
**Luz no fim
do túnel**

4
ABRE ASPAS
**Falta prudência ao
agricultor**

Fernando Homem de Melo,



economista e
professor da
Universidade
de São Paulo

Bruno Blecher

10
AGRODROPS

12
COMÉRCIO
INTERNACIONAL
A discórdia da soja



Um ano depois,
a OMC patina
Maria Helena
Tachinardi

**Nova
proposta
para a
banana**



7
MACROECONOMIA
**Taxa de juros:
de volta a queda**

Rogério Mori



17
SAFRA 2005/2006
**A síntese do Plano
Agrícola e Pecuário**

19
**Como está a relação
de troca na agricultura**

20
**Superávit comercial alcança
US\$ 36 bilhões em doze meses**



21

INFRA-ESTRUTURA

Gargalos ameaçam competitividade

Ferrovias: investimento nos trilhos

Prioridades para o escoamento da soja



26

CAFÉ

Bahia é sede da Conferência Mundial

Mercado atravessa um bom momento



30

SEMENTES

A ameaça da pirataria

Antonio Carlos Lima Nogueira,
Decio Zylbersztajn e Érica Gorga



33

BOI

Exportações de carne devem ultrapassar
US\$ 3 bilhões



34

CANA-DE- AÇÚCAR

Intenso ritmo
de esmagamento



35

LARANJA

EUA anunciam sobretaxa



36

AGRICULTURA ORGÂNICA

Produção
cresce 50%
ao ano



38

MEL

Quanto custa produzir

Alcides de Moura Torres Jr.
Cristiane de Paula Turco
e Marcos Brandão Barletta

40

TIRA-DÚVIDA

Conheça o Protocolo de Cartagena sobre biossegurança



42

BIOENERGIA

A competitividade das
matérias-primas

Brasil dá o exemplo ao
plantar seu combustível

45

GESTÃO

O primeiro alvo do Qualiagro



46

COOPERATIVAS

2004, um ano de deixar saudade

Evaristo Marzabal Neves

48

MERCADO FUTURO

Operações de troca de
insumos por algodão

45

LEGISLAÇÃO O ITR na ótica dos tribunais

Luiz Augusto Germani

CANTEIRO DE OBRAS EM UBERABA



Com apenas um ano de gestão, Orestes Prata Tibery Junior, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), já virou do avesso o parque de exposições Fernando Costa, em Uberaba (MG). Orestinho construiu 11 novos pavilhões, recapeou todo o parque e inaugurou o Salão Internaci-

onal para receber os visitantes estrangeiros. As obras não vão parar por aí. Para a próxima Expozebu, em abril de 2006, o presidente da ABCZ promete ampliar as pistas de julgamento e reformar as arquibancadas, instalando cadeiras mais confortáveis. Outra novidade foi a criação do departamento de marketing, comandado por João Gilberto Bento.

NOVIDADES NO MERCADO DE ALIMENTOS

Macarrão com baixa dosagem de glúten e 70% menos carboidratos, arroz com sabor (alho, pimenta e ervas finas) e polpa de fruta orgânica são algumas das atrações da Fi South America, de 30 de agosto a 1º de setembro no Transamerica ExpoCenter, em São Paulo (SP).

Mais informações www.fisa.com.br

PRIMAVERA em HOLAMBRA

A primavera vai começar mais cedo no interior paulista. Mais precisamente no dia 1º de setembro, quando começa a 24ª Expoflora em Holambra (SP). Antiga colônia holandesa, a cidade hoje responde por 40% das flores e plantas comercializadas no Brasil. A exposição de flores vai até 25 de setembro.

QUANTO OS EUA PERDERAM COM A VACA LOUCA

O setor de pecuária bovina dos Estados Unidos perdeu entre US\$ 3,2 bilhões e US\$ 4,7 bilhões no ano passado por conta do aparecimento de um caso de encefalopatia espongiforme bovina (EEB), ou doença da vaca louca no país. O caso foi detectado em 23 de dezembro de 2003. Os valores referem-se à perda de mercados externos após a identificação da doença no rebanho americano. Cerca de 53 países baniram as importações carne bovina americana.

PORCO NÃO CHAFURDA MAIS NA LAMA

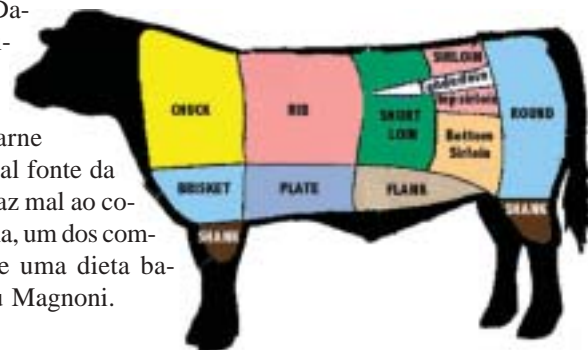
A carne de porco oferecida nos grandes centros brasileiros passa por controle sanitário que atendem a rigorosas exigências formuladas pelos 80 países que importam o produto brasileiro.



Cerca de 70% dos 33,9 milhões de animais oriundos da cadeia industrial abatidos em 2004 passaram por inspeção federal. Os restantes 30% são fiscalizados pelas instituições estaduais de controle sanitário.

CHURRASCO PARA CARDIOLOGISTAS

O SIC (Serviço de Informação da Carne) convidou 50 médicos cardiologistas para degustar cortes de carne no restaurante Rubaiyat, em São Paulo. A estratégia do SIC é desmistificar a carne bovina como alimento nocivo à saúde. "Ela não deve ser encarada como a grande vilã dos problemas de coração", disse o cardiologista Daniel Magnoni, do Instituto do Coração (Incor) e membro do Comitê Técnico do SIC. A carne bovina não é a principal fonte da gordura saturada que faz mal ao coração. É rica em proteína, um dos componentes principais de uma dieta balanceada", acrescentou Magnoni.



ASSINE

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

e participe da publicação que melhor acompanha o agronegócio

0800 770 88 81

AS MELHORES IMAGENS DO JORNALISMO AGROPECUÁRIO

Egberto Márcio Nogueira de Medeiros e Silva (free-lancer) e Luis Tadeu Vilani (Zero Hora) foram os vencedores do 2o Prêmio New Holland de Fotojornalismo. Medeiros conquistou o primeiro lugar na categoria Agricultura; Vilani ficou com a primeira colocação na modalidade Tecnologia. Cada um receberá R\$ 8.000,00. Ao todo, foram inscritos mais de 800 trabalhos.



Luis Tadeu Vilani

1º lugar na categoria Tecnologia



Egberto Medeiros e Silva

1º lugar na categoria Agricultura

QUAL SERÁ O TAMANHO DA SAFRA?

A estimativa final da safra de grãos 2004/2005 sai no dia 8 de setembro. Cerca de 40 técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) já estão no campo. Eles vão percorrer 330 municípios de 11 estados. A pesquisa abrange principalmente as culturas de inverno (trigo, aveia, cevada, milho safrinha e a terceira safra de feijão). Serão entrevistados 970 produtores e representantes de 660 órgãos públicos e privados. O último levantamento, divulgado em julho, a Conab estimou a safra em 112,4 milhões de toneladas.

OS NÚMEROS DO SUCO DE LARANJA

A União Européia (UE) é um dos principais mercados importadores de suco concentrado brasileiro

932.719 t
foram exportadas para a UE
em 2004 do total de

1.297.640 t
de suco que o Brasil exportou

400 mil
é o número de pessoas que o setor
emprega diretamente em São Paulo, onde

275
municípios se dedicam à atividade

POUCA SEMENTE NO NORDESTE

Faltam sementes no Nordeste para plantar alimentos básicos como arroz, feijão e milho. Esse tema foi apresentado pela pesquisadora Divania de Lima, da Embrapa Transferência de Tecnologia, durante o XIV Congresso Brasileiro de Sementes, realizado de 22 a 26 de agosto em Foz do Iguaçu. A Embrapa

Transferência de Tecnologia, de Brasília-DF, está desenvolvendo o Programa de Melhoramento de Sementes para o Nordeste para capacitar o agricultor a produzir suas próprias sementes.

“

CANA NO PANTANAL?

Economicamente, não vai ter nada mais rentável do que a cana nos próximos 50 anos”

Dagoberto Nogueira Filho, secretário da Produção e do Turismo de Mato Grosso do Sul, justificando projeto de lei do governador Zeca do PT que autoriza a instalação de usinas de álcool e açúcar no entorno do Pantanal. O projeto está sendo duramente criticado pelos ambientalistas

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br



A discórdia da soja

Uma grande mobilização envolve produtores e governo para encetar o complexo e tortuoso processo brasileiro de abertura no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra subsídios concedidos na área agrí-

cola. Depois dos casos do açúcar americano e do algodão da União Européia, ambos iniciados em 2003, produtores do Brasil buscam ganhar o apoio de Brasília para tentar derrubar os subsídios à soja nos Estados Unidos. Em menos de dois anos, será a terceira vez que o Brasil denuncia um de seus dois maiores parceiros ao principal foro de decisões sobre as pendências comerciais internacionais.

O Brasil já conseguiu derrubar na OMC subsídios de bilhões de dólares ao açúcar, praticados pela União Européia, e ao algodão, pelos EUA. Ambos os casos são provas de mudanças significativas surgidas com a criação da OMC. Seus reflexos rebatem nas negociações dos acordos em curso; são precedentes para novos questionamentos sobre os subsídios praticados em variada escala pelos países desenvolvidos.

A disposição dos sojicultores nacionais para encontrar um caminho na reparação dos danos provocados pelos incentivos recebidos pelos agricultores americanos vem desde 2002. A superoferta mundial de soja e a apreciação do real reativaram todo esse processo, neste ano. A inquietação se alastra, com a projeção de concessões expressivas de subsídios por Washington.

Fazem parte do jogo cifras elevadas sob qualquer ângulo de análise. Um estudo feito por economistas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro mostra que o Brasil poderia ter:

- a) Elevado em até US\$4 bilhões suas exportações, sem os subsídios dos EUA, de 1998 e 2004;
- b) Agregado US\$362 milhões aos

US\$10,2 bilhões embarcados em soja no ano passado.

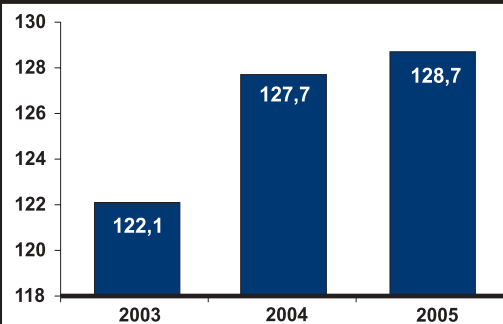
Até 2007, quando expira a reforma da atual Lei Agrícola dos EUA, a tendência dos gastos com subsídios à soja é de crescimento, porque as cotações internacionais estão baixas. Sem perceber receita suficiente para cobrir custos, os produtores precisam de compensação adicional. O "preço mínimo" de US\$5,26 por bushel (27,4 quilos) empurra preços de mercado para baixo, mas torna o produto mais competitivo.

A queixa brasileira contra os EUA consiste no descumprimento do Acordo de Subsídios e em Medidas Compensatórias da OMC em relação às chamadas medidas de apoio interno. Um dos pontos é o mecanismo de financiamento à comercialização em condições preferenciais, o marketing loan benefits. Pelo mecanismo, o produtor embolsa um cheque do governo com a diferença entre o preço mínimo e o de mercado, à espera da melhor hora para vender. Isso, em alguns momentos, chega a quase US\$1 de vantagem artificial.

A palavra final sobre entrar ou não na OMC contra os subsídios à soja americana depende muito da situação de mercado. No Ministério da Agricultura, a proposta de abertura do novo painel é bem recebida. O Itamaraty, oficialmente, faz consultas à iniciativa privada. O setor rural acredita no prevalecimento da disposição de brigar contra subsídios, largamente anunciada pelo governo.

Com as quebras nas colheitas brasileiras, as cotações se recuperaram e amenizam o subsídio recorde esperado para o Farm Bill. Uma situação similar à verificada em 2002: as armas estavam colocadas a postos para a briga na OMC, mas o mercado teve uma virada. Se a sojicultura nacional tivesse uma safra 2004/05 cheia, os preços aviltados pela supersafra norte-americana comprometeriam seu resultado financeiro. O prejuízo veio, infelizmente, na forma da adversidade climática. ■

Estados Unidos: faturamento bruto da agricultura (US\$ bilhões)



Fonte: USDA

Uma política desleal

A exportação de produtos com preços menores aos de custos de produção não estimula a racional alocação dos recursos. Mesmo com o uso abusivo dessa prática, a participação dos EUA no mercado mundial de exportação de bens agrícolas reduziu de 14% para 11,3%, de 1990 a 2003.

Com dez anos de existência, a OMC não conseguiu ainda refrear a dose do Farm Bill, com suas generosas benesses na produção de soja, algodão e trigo. Com muito incentivo, há uma sobre-oferta e depressão nos preços dos produtos.

O *dumping* é uma política perversa e desleal de comércio. A mercadoria é comercializada no mercado externo a um preço inferior ao praticado no mercado interno. Uma manobra de conquista de cliente, que desloca o competidor mais competente.

Um ano depois, a OMC 'patina'

MARIA HELENA TACHINARDI (*)

Refrescar a memória é sempre útil, ainda mais quando se analisa o processo das negociações internacionais, sujeitas a avanços e retrocessos. Basta comparar o que aconteceu em julho de 2004, na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), e os eventos de julho deste ano.

Por esta época, no ano passado, se comemorava a boa notícia para o comércio mundial: o fechamento do programa de trabalho da Rodada, na madrugada de 1º de agosto, em Genebra. Este passo foi importante, porque existia o temor de que não houvesse horizonte para a realização da 6ª Reunião Ministerial de Hong Kong, em dezembro deste ano, e também porque se temia repetir o fracasso de Cancun.

Em julho de 2005, exatamente um ano depois, as negociações decepcionaram e as tratativas na área agrícola, as mais complicadas, continuam bloqueadas. Isso é um péssimo sinal para o encontro ministerial de Hong Kong, que deveria sinalizar a data de conclusão da Rodada, lançada em novembro de 2001, no Qatar.

- Dois pontos de destaque podem ser 'pinçados' da ministerial de Genebra, em julho de 2004: o acordo sobre o programa de trabalho estabeleceu as bases para a introdução de metas numéricas, como a fixação de uma data para a eliminação dos subsídios à exportação, a fórmula para cortar tarifas, os percentuais de corte dentro de cada faixa, o tamanho no corte dos subsídios agrícolas distorcivos.

- O outro fato relevante foi a consolidação de uma nova dinâmica nas negociações, em que o tradicional "consenso" do Quad – EUA, União Européia, Canadá e Japão – foi substituído por um novo formato de harmonizações sucessivas de posições de países-chave desenvolvidos e em desenvolvimento, que lideram as principais coalizões e posições.

As "cinco partes interessadas" (FIPs, na sigla em inglês, ou *five interested parties*) – EUA, UE, Brasil, Índia e Austrália – tiveram um papel fundamental no consenso em torno do programa de trabalho em Genebra.

PROPOSTAS DO G-20

O G-20, criado às vésperas da reunião de Cancun, sob a liderança brasileira, foi o único ator que colocou propostas estruturadas sobre a mesa nas atuais negociações. A reunião de 30 ministros do Comércio em Dalian, China, que terminou em meados de junho, foi importante para o G-20. A sua proposta de fórmula para cortar as tarifas agrícolas foi considerada um bom ponto de partida pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A proposta do G-20 contempla parte dos interesses de países ofensivos, mas não satisfaz plenamente os interesses dos países defensivos em agricultura. A fórmula elaborada pelo grupo é "linear", ou seja, defende a aplicação de um mesmo percentual de redução para todos os produtos em cada banda tarifária. Para os países desenvolvidos, o G-20 propõe cinco bandas – de 0 a 20%, de 21% a 40%, de 41% a 60%, de 61% a 80%, e acima de 80%. O percentual de corte em cada faixa deverá ser negociado a partir de setembro e concluído antes da ministerial de Hong Kong.

Outro item da proposta do G-20 se refere à tarifa máxima de importação agrícola nos países desenvolvidos, que não deve ser superior a 100%. No Japão, por exemplo, há tarifas de 800%. Para os países em desenvolvimento, o G-20 sugere quatro bandas tarifárias – de 0 a 30%, de 31% a 80%, de 81% a 130%, e acima de 131%. A tarifa máxima deveria ser de 150%. Os membros do G-10, entre eles, Japão e Suíça, se opõem à fixação de um teto tarifário. Para a União Européia, porém, a proposta do G-20

está longe dos seus interesses.

A UE defende uma fórmula com apenas três faixas e flexibilidade dentro delas, que implicaria reduzir bastante a abertura dos mercados industrializados para produtos agrícolas de países exportadores, como o Brasil. As faixas defendidas pela UE são para as tarifas até 20%, de 21% a 100%, e acima de 100%. Para cada faixa, se aplicaria um percentual médio de corte, isto é, tanto para uma alíquota de 20% como de 100%, os europeus querem o mesmo corte.

As negociações em Genebra serão retomadas em setembro. Está ficando cada vez mais claro para o Brasil o papel crucial da negociação agrícola no tabuleiro da OMC. Sem o seu desbloqueio, ficará difícil haver avanços em outras áreas. ■

* Diretora de comunicação do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE)

Preparando a mesa para Hong Kong

Estava definido que, até o final de julho, haveria um acordo geral antes da ministerial de Hong Kong. Entretanto, as divergências sobre a fórmula de corte de tarifas, a redução de subsídios internos e a eliminação de subsídios às exportações estão atrasando um acordo.

De qualquer modo, o objetivo final das negociações ainda continua sendo a conclusão da Rodada até meados de 2006. Tudo dependerá dos resultados da próxima reunião mini-ministerial da OMC, que deverá acontecer em outubro, e preparará o terreno para Hong Kong.

Até outubro, os países terão de definir a estrutura da negociação. Se isso não acontecer, é bem provável que Hong Kong seja um fiasco e que se repita o quadro de Seattle (1999) e de Cancun (2003), duas ministeriais que ficaram na memória como eventos fracassados.

Nova proposta para a banana

O trio de arbitragem encarregado de avaliar o caso na Organização Mundial do Comércio (OMC) considerou alta a tarifa de 230 euros por tonelada, que a União Europeia (UE) pretendia impor a partir de 1º de janeiro de 2006. Com este valor, as nove nações latino-americanas (Brasil, Costa Rica, Colômbia, Equador, Honduras, Guatemala, Nicarágua, Panamá e Venezuela) não manteriam sua cota no mercado europeu. Uma nova tarifa será proposta depois das férias de verão no Hemisfério.

Os países latino-americanos poderão pedir uma segunda arbitragem, se a proposta europeia continuar alta. A Organização Mundial do Comércio (OMC) teria, então, até 1º de outubro para se pronunciar. Segundo a Comissão Europeia, os juízes da OMC validaram a metodologia escolhida para calcular as diferenças de preço entre diferentes

produtores, mas não foram precisos quanto ao nível tarifário que manteria o equilíbrio das partes do mercado no sistema atual.

Brasil: exportação de banana (t)

Ano	Argentina	Reino Unido	Alemanha	Itália	Uruguai	Holanda
1996	20.318	0	4	0	9.621	0
1997	26.016	0	2	0	14.020	19
1998	43.700	0	1	542	24.427	11
1999	47.914	2.830	113	2.063	27.766	513
2000	35.005	9.846	4	0	23.317	28.921
2001	60.943	15.972	7	0	27.278	801
2003	163.088	30.094	2	8.218	39.452	16
2003	129.679	25.897	3.073	21.857	40.095	19
2004	91.372	30.631	2.542	20.762	42.243	401

Fonte: SECEX

Brasil: exportação de bananas por estado (t)

Ano	Brasil	Santa Catarina	Part %	RG Norte	Part %	São Paulo	Part %
1996	28.957	9.950	34	127	0,4	14.686	51
1997	40.081	12.024	30	6.634	17	18.609	46
1998	68.555	26.043	38	9.998	15	23.516	34
1999	81.227	46.354	57	9.902	12	16.195	20
2000	71.812	31.909	44	22.421	31	8.739	12
2001	105.112	55.561	53	28.339	27	9.695	9
2002	241.038	162.716	68	55.076	23	9.511	4
2003	188.087	118.051	63	54.837	29	16.263	9
2004	188.087	118.051	63	54.837	29	8.965	5

Fonte: SECEX

Exigência argentina

As exportações para a Argentina são importantes para a firmeza dos preços do mercado interno da fruta. Em média, as vendas para aquele mercado somam 500 mil caixas de 22 quilos/mês. Santa Catarina é o principal fornecedor.

O Serviço Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria (SENASA), ligado à Secretaría de Agricultura, Ganaderia, Pesca y Alimentacion do Ministério da Economia daquele país, para emissão da AFIDI (Autorizacion Fitosanitaria de Importacion), exige que no certificado fitossanitário conste que:

1) A partida se encontra livre, mediante análise de laboratório, de *Verticillium theobronae*.

2) Na chegada, a partida será submetida à inspeção de rotina, para extração de amostras do material e posterior análise em laboratório por parte do Senasa.

Acordo entre os representantes dos governos

brasileiro e argentino permite, temporariamente, o ingresso da banana no país vizinho, desde que a produção, no período pós-colheita, seja acompanhada de um laudo técnico que ateste a aplicação de produto químico para controle do verticillium.

As exportações brasileiras de banana, apesar das perdas de algumas cargas do produto na fronteira e do retorno de outras, em razão das medidas restritivas do governo argentino, apresenta resultados satisfatórios.

No Brasil, as exportações estão concentradas nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Norte e São Paulo. Até 1997, a liderança era de São Paulo e, depois, de Santa Catarina. A queda nas exportações paulistas muito se deve ao aumento da qualidade do produto catarinense, aliada à menor distância dos mercados argentino e uruguaio.

O destino da produção brasileira de bananas se modifica a cada ano. A maior diversidade de clientes traz estabilidade para o comércio da fruta. Mais de vinte os países se abastecem da banana brasileira. A concentração ainda é grande na Argentina e no Uruguai, mas se observa crescimento significativo nas compras da Itália e do Reino Unido.

Tanto os agricultores europeus como os dos países do grupo ACP (Antilhas, Caribe e Pacífico), com acesso privilegiado ao mercado europeu, discordam dos países latino-americanos. Atualmente, a tarifa é de 75 dólares por tonelada dentro da cota latino-americana, mas chega a 680 euros para o excedente.

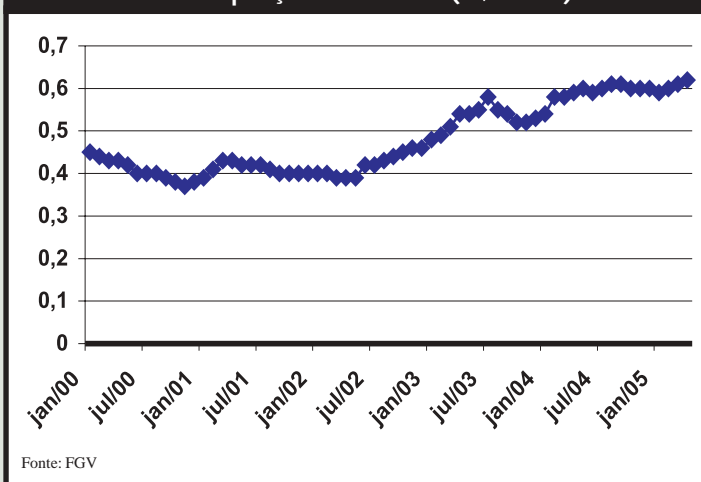
Em abril último, o governo brasileiro, em atenção a pedido dos produtores, entrou 'na briga da banana' contra a UE no comitê de arbitragem da OMC, ao se unir contra a nova tarifa européia de importação da fruta, aberta por seis outros países latino-americanos: Equador, Costa Rica, Colômbia, Honduras, Guatemala e Panamá.

O Itamaraty pesava as consequências de abrir uma nova frente de batalha com os países da ACP (África, Caribe e Pacífico), os principais beneficiados do novo regime europeu de importação de banana. Esse grupo acusa o Brasil de já ter prejudicado seus interesses comerciais na disputa do açúcar para a União Européia.

CONTROLE DA SIGATOKA

Originário das Ilhas Fiji (no Pacífico), o fungo da sigatoka negra foi identificado em 1998, nos municípios amazônicos de Benjamin Constant e Tabatinga, de onde se espalhou para outros municí-

Brasil: preço da banana (R\$/dúzia)



pios do estado e para Acre, Rondônia, Pará, Roraima e Mato Grosso. Hoje, a praga já foi detectada também nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná. O fungo, levado pelo vento, chuva ou transporte da fruta, tem alta capacidade de disseminação.

Desde junho último, segundo instrução normativa da Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa, os estados produtores de banana, para comercializar o produto normalmente em todo o

País, terão de realizar o processo de redução de risco da sigatoka negra (lavagem dos frutos com solução de sulfato de alumínio e água clorada) na pós-colheita.

Como possibilita a troca de material genético entre órgãos de pesquisa, a comercialização de mudas *in vitro* (de laboratório) produzidas nos estados

com foco da doença também é autorizada. A nova regra facilita a vida dos produtores brasileiros de banana. Antes, em consequência de um foco no estado, ficavam impedidos de vender o produto para outras regiões.

O fruto contaminado pela sigatoka negra não representa risco à saúde humana. Para a planta, significa morte. O programa conta, neste ano, com R\$1,374 milhão para o controle e a prevenção da doença. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

já produz mudas de banana tolerantes ao fungo, que são comercializadas em todo o País. Atualmente, nos estados da Bahia, do Maranhão, de Pernambuco, do Sergipe, Ceará, Tocantins, Piauí, Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Goiás, do Rio de Janeiro, Espírito Santo e de Alagoas, não foram registrados focos da doença. ■

Brasil : área e produção de banana

Estado	Área colhida (ha)		Produção (t)		Produtividade (kg/ha)	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
SP	48.820	52.700	1.060.520	1.090.500	21.723	20.693
BA	60.100	61.956	844.739	860.317	14.056	13.886
SC	30.069	30.375	655.680	667.352	21.806	21.070
MG	37.995	37.995	557.912	557.912	14.684	14.684
PA	42.234	42.234	540.312	540.312	12.793	12.793
CE	42.261	42.233	367.667	365.248	8.700	8.648
AM	32.268	32.268	354.433	354.433	10.984	10.984
PE	35.212	35.730	350.716	352.290	9.960	9.860
PB	16.542	16.542	284.896	284.896	17.233	17.233
RN	6.332	6.381	199.135	200.614	31.433	31.439
BR	490.229	495.573	6.606.834	6.627.496	13.477	13.373

Fonte: IBGE

Banana: produção nos estados (em t)

Estados	2001	2002	2003	2004	% aumento
Ceará	296.440	334.273	341.715	367.667	24
R.G. Norte	123.749	163.538	157.552	199.135	61
Pernambuco	330.227	367.481	418.004	350.716	6
Espírito Santo	137.314	137.380	158.340	170.509	24
Goiás	152.055	158.169	156.374	159.669	5
Minas Gerais	593.877	607.575	544.081	557.912	-6

Fonte: IBGE



Genoma da banana

A pesar de gerar cerca de 500 mil empregos diretos no País, a bananicultura enfrenta problemas de doença, com severas perdas na produção e nas fases de pré e pós-colheita. Os prejuízos somam de 30 a 40% na produção brasileira. Isso representa, segundo dados do IBGE, cerca de R\$700 milhões por ano. As doenças são causadas por diversos agentes infecciosos, como bactérias, vírus, nematóides e insetos. Os arquiinimigos são os fungos, causadores de diversas doenças, como o 'Mal do Panamá', a 'Sigatoka amarela' e a pior delas: a 'Sigatoka Negra'.

O melhoramento genético por métodos convencionais ou biotecnológicos é uma das estratégias para desenvolver variedades resistentes. Para acelerar as pesquisas e integrar esforços entre países, foi criado em 2001 o Consórcio Mundial de Genoma de Musa (GMGC), que tem a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Brasília - DF) como um dos membros fundadores. O Consórcio conta com 29 instituições de 15 países. Seu objetivo é decifrar o genoma e garantir a sustentabilidade da banana como alimento básico para grande parte da população mundial.

Essa integração levou à formação de uma parceria entre a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, a Universidade Católica de Brasília e o Cirad, com o objetivo de desenvolver um programa de genômica e biotecnologia de banana no Brasil. O programa, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) resultou na criação do DATAMusa, composto de mais de 5 mil genes de interesse para o melhoramento genético dessa fruta.

Agora, o Brasil acaba de dar um passo importante para garantir o futuro da banana, ameaçada com pra-

gas recentes, como a sigatoka negra, que pode dizimar plantações em todo o mundo. A pesquisa, iniciada em 2002, foi fruto de parceria entre a Embrapa, a Universidade Católica de Brasília e o Instituto Francês de Pesquisa Agrônômica (Cirad). O custo foi de R\$550 mil, por meio de recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O término dessa primeira etapa da pesquisa deu origem ao banco de dados DATAMusa, hoje, o segundo maior do mundo em genômica de banana - o primeiro é o da empresa Syngenta. Fica aberto o horizonte para as pesquisas com banana no Brasil e no mundo. São 40 mil sequências de DNA, com a identificação de mais de 5 mil genes.

As informações contidas nesse banco serão utilizadas por instituições de pesquisa a partir de convênios, para a geração de variedades de banana com resistência a várias doenças causadas por fungos, bactérias, nematóides e insetos, tolerância à seca, maior valor nutricional, além de melhorias no aspecto e sabor.

Na segunda fase do trabalho, os pesquisadores das instituições envolvidas vão partir para a validação dos genes identificados, ou seja, o estudo de suas possíveis funções. Isso poderá levar à descoberta de genes com potencial para uso em programas de biofortificação, a partir da geração de variedades mais nutritivas, resistentes a doenças e à seca.

A banana tem quatro genomas. O mais importante deles é o A, pois engloba de 70 a 100% das variedades comerciais no Brasil. O uso das informações contidas no DATAMusa vai abrir uma ampla gama de possibilidades de melhoramento genético e de transgenia, direcionadas para a cultura da banana. ■

Produção cresce e preços enfraquecem

Mesmo com os problemas experimentados pelo setor, em decorrência da ocorrência de grando, inundações etc., o ânimo de produzir continua grande entre os bananicultores. De acordo com o LSPA-Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, realizado pelo IBGE, no mês de maio, haverá aumento da produção brasileira de bananas em 2005. A perspectiva de maior oferta significa comercialização com margens apertadas.

A maior produção continua sendo do estado de São Paulo, seguida, em ordem decrescente, por Bahia, Santa Catarina, Minas Gerais e Pará. A maior área a ser colhida está no estado da Bahia, seguida por São Paulo, Pará, Ceará e Minas Gerais. No aspecto produtividade média, o destaque nacional é o estado do Rio Grande do Norte (mais do que o dobro do País). Na sequência, aparecem Santa Catarina, com produtividade superior à média brasileira em 64%, e São Paulo, em 54,7%.

A bananicultura nacional revela um grande salto de qualidade da fruta nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo, principalmente. No Rio Grande do Norte, Ceará e Espírito Santo, a produção tem tido sucessivos aumentos. As produções suprem os mercados do nordeste e sudeste, atingem outras regiões e fazem parte da pauta das exportações brasileiras. Dessa maneira, ocupam áreas tradicionais abastecidas pela fruta de Santa Catarina.

A síntese do Plano Agrícola e Pecuário

O Plano Agrícola e Pecuário 2005-06 programa a aplicação de R\$44,35 bilhões no crédito rural. Este montante representa um crescimento de 12,4% sobre o volume de recursos programados para a safra 2004-05.

Nas últimas três safras, o volume de recursos do crédito rural cresceu 61% e atingirá o recorde em 2005-06. Os recursos para financiar os investimentos na agricultura cresceram 79%.

Os encargos financeiros de todas as linhas de financiamento serão os mesmos fixados para a safra 2004-05. A política de manutenção do patamar das taxas de juros fixas para o crédito rural, adotada no Governo Lula, representa uma grande conquista da agricultura brasileira, já que vem ocorrendo no período uma escalada da taxa básica de juros.

CUSTEIO E COMERCIALIZAÇÃO

Os recursos programados para custeio e comercialização da safra 2005-06 somam R\$33,2 bilhões, superando em 15,5% o volume programado da safra anterior. As linhas de financiamento com juros controlados representarão 63% deste total, crescendo 18% sobre a safra 2004-05.

O Governo Federal acredita que o volume de recursos do crédito rural contribuirá para que seja atingida uma produção de grãos superior a 125 milhões de toneladas na safra 2005-06.

Está definida a manutenção dos limites de adiantamento de crédito por tomador da safra 2004-05. Poderão obter limite adicional os produtores que:

- Já praticarem ou apresentarem plano de recuperação de matas ciliares e reserva legal (15% de adicional);
- Utilizarem sistemas de rastreabilidade na produção pecuária (15% de adicional); e
- Comprovarem utilização de práticas de integração lavoura-pecuária (limites independentes entre custeio agrícola e custeio pecuário).

Merecem destaque algumas das inovações do crédito de custeio e comercialização para a safra 2005-06:

- Permissão de financiamento da aquisição de leitões por suinocultores independentes, por meio de recursos do custeio pecuário, até então, enquadrado como investimento semi-fixo;
- Permissão de substituição da pluma por fio composto por 100% de algodão como penhor de Empréstimos do Governo Federal (EGF); e
- Aumento do prazo do Depósito Interbancário Vinculado ao Crédito Rural (DIR) de 60 para 120 dias, facilitando a transferência de recursos para bancos interessados em operar com carteira de crédito rural.

INVESTIMENTOS

Os recursos para financiar os investimentos na agricultura também crescerão na safra 2005-06. Estão sendo programados R\$11,15 bilhões em recursos, um volume 4,2% superior ao da safra 2004-05.

O Governo Federal pretende, neste Plano Agrícola e Pecuário 2005-06, valorizar os investimentos em projetos de adequação ambiental e sanitária, e em projetos de agregação de valor a produtos agropecuários.

Os programas de financiamento coordenados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), terão programação de recursos que supera R\$9 bilhões na safra 2005-06, crescendo 5,2% sobre os R\$ 8,6 bilhões da safra anterior.

Foram adotadas medidas com vistas a evitar a interrupção na contratação de operações ao amparo dos programas de investimento com recursos do BNDES. No caso dos programas que contam com saldo de recursos definidos no Plano Agrícola e Pecuário 2004-05, os créditos continuarão sendo concedidos após a data-limite de 30 de junho de 2005. Para os programas que não contam com saldo de recursos, será concedida a contratação antecipada de financiamento.

Crédito rural: volume e fontes de recursos (R\$ milhões)

Fonte de recursos e programas	2004-05	2005-06	Var.º%
	Programado	Programado	
1. Custeio e Comercialização	28.750	33.200	15
1.1. Juros controlados	17.700	20.900	18
1.1.1. Recursos Obrigatórios - MCR 6-2 (8,75% a.a.)	11.500	15.500	35
1.1.2. Poupança Rural - MCR 6-4 (8,75% a.a.)	4.500	4.000	(11)
1.1.3. Proger Rural (8,0% a.a.)	700	400	(43)
1.1.4. Funcafé (9,5% a.a.)	1.000	1.000	-
1.2. Juros livres	11.050	12.300	11
1.2.1. Poupança Rural - MCR 6-4	5.750	5.000	(13)
1.2.2. Recursos livres (demais bancos)	2.300	2.300	-
1.2.3. Banco do Brasil - Aval de CPR	2.000	5.000	150
1.2.4. BB-FAT Agroindústria (até Selic)	1.000	-	-100
2. Investimento	10.700	11.150	4
2.1. Moderfrota	5.500	5.500	-
2.2. Finame Agrícola Especial	500	500	-
2.3. Proger Rural (8,0% a.a.)	100	100	-
2.4. Demais Programas BNDES (Equalização)	2.600	3.050	17
2.4.1. Moderagro	900	1.200	33
2.4.2. Moderinfra	700	700	-
2.4.3. Prodefruta	200	200	-
2.4.4. Prodeagro	200	300	50
2.4.5. Propflora	50	100	100
2.4.6. Prodecoop	550	550	-
2.5 Fundos Constitucionais	2.000	2.000	-
3. Total	39.450	44.350	12

Fonte: MAPA

Destaques do Plano Agrícola e Pecuário

O Plano Agrícola e Pecuário 2005-06 prevê ajustes pontuais em alguns programas do BNDES, relacionados aos limites de financiamento e itens financiáveis, com destaque para:

- MODERFROTA (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras): elevação do limite de crédito de 80% para 90% do valor do bem, para produtor com renda agropecuária bruta anual superior a R\$ 150 mil; manutenção do limite de 100% do valor do bem para produtor com renda agropecuária bruta anual inferior a R\$ 150 mil;
- PRODECOOP (Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária): elevação do limite de R\$ 20 milhões para R\$ 35 milhões e manutenção da possibilidade de adicional de 100% para investimentos em outras unidades da federação ou no âmbito de cooperativas centrais; inclusão de projetos de adequação ambiental ainda não enquadrados, de adequação sanitária e de industri-

alização de cachaça;

- PROPFLORA (Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas): inclusão de despesas de mão-de-obra, compatíveis com custos regionais, como item financiável, e inclusão de projetos de produção de madeira destinada à queima no processo de secagem de produtos agrícolas;
- MODERAGRO (Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais): inclusão de projetos de adequação ambiental de propriedades rurais aos itens já financiáveis;
- PRODEAGRO (Programa de Desenvolvimento do Agronegócio): inclusão de projetos relacionados à agregação de valor na produção de flores e aquicultura;
- PRODEFRUTA (Programa de Desenvolvimento da Fruticultura): apoio ao desenvolvimento da fruticultura brasileira, especialmente, no âmbito do Programa de Produção Integrada de Frutas - PIF Brasil; e
- FINAME AGRÍCOLA ESPECIAL: inclusão de manutenção ou recuperação de tratores agrícolas e aquisição de aviões de uso agrícola como itens financiáveis.

Principais características dos programas de investimento do Plano Agrícola e Pecuário 2005-06.

Programa	Limites		Encargos Financeiros (% a.a.)	Prazo Máximo (anos)
	2004-05	2005-06		
Prodefruta	até R\$ 200 mil	1) até R\$ 200 mil 2) até R\$ 600 mil: investimento coletivo	8,75	8
Moderagro	até R\$ 200 mil	até R\$ 200 mil	8,75	5
Prodeagro	até R\$ 150 mil	1) até R\$ 200 mil 2) até R\$ 200 mil: investimento coletivo	8,75	5
Moderinfra	1) até R\$ 600 mil 2) até R\$ 1,8 milhão: investimento coletivo	1) até R\$ 600 mil 2) até R\$ 1,8 milhão: investimento coletivo	1) 8,75 2) 10,75	8
Prodecoop	1) até R\$ 20 milhões por UF 2) até R\$ 40 milhões	1) até R\$ 35 milhões por UF 2) até R\$ 70 milhões: a. investimento em outra UF b. empreendimento no âmbito da Coop. Central	10,75	12
Propflora	até R\$ 150 mil	até R\$ 150 mil	8,75	12
Moderfrota	1) renda < R\$ 150 mil: 100% do valor do bem 2) renda > R\$ 150 mil: 80% do valor do bem	1) renda < R\$ 150 mil: 100% do valor do bem 2) renda > R\$ 150 mil: 90% do valor do bem	1) 9,75 2) 12,75	1) 5 2) 6
Proger Investimento	R\$ 56 mil	R\$ 56 mil	8,00	8
Finame Agrícola		1) R\$ 300 mil (alguns setores)	13,95	5
Especial		2) Demais setores sem limite		

PROAGRO

O Plano Agrícola e Pecuário 2005-06 estabelece a realização de zoneamento agrícola para as culturas de banana, café, caju, cevada, mamona, mandioca e uva. As alíquotas de adicional do PROAGRO ficaram assim estabelecidas:

- Banana, caju e uva: 3,5%;
- Café: 4,7%;
- Cevada: redução de 11,7% para 5%. Em caso de utilização de plantio direto, a alíquota de adicional é de 4%. A utilização de cultivo sob irrigação é obrigatória nos estados de Minas Gerais e São Paulo, e, nesse caso, a

alíquota é de 2%; e

- Mamona e mandioca: redução de 9,4% para 3,9%, mesmo nível de algodão, milho e soja.

PREÇOS MÍNIMOS

O Plano Agrícola e Pecuário 2005-06 prevê a correção dos preços mínimos de alguns produtos. A correção dos preços dos produtos regionais procurou ampliar o apoio às culturas das regiões Norte e Nordeste, e incentivar a produção de mamona, visando ao programa de produção de biodiesel.

A tabela a seguir apresenta as correções dos preços mínimos para a safra 2005-06. Foram corrigidos também os preços mínimos de sementes de feijão macaça, juta e malva. ■

Preços mínimos alterados para a safra 2005-06

Produto	Região	Tipo	Unid.	Preço mínimo		
				2004-05	2005-06	Var%
Arroz longo fino em casca	Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste (exceto MT)	Tipo 1-58/10	50kg	20,00	22,00	10,0
Cera de Carnaúba	Nordeste	Tipo 3 e 4	kg	2,90	3,10	6,9
Feijão Macacar	Norte e Nordeste	Tipo 3	60kg	30,00	33,10	10,3
Juta/Malva Embonecada	Brasil	Tipo 2	kg	0,85	0,92	8,2
Mamona em baga	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP	Único	60kg	30,30	33,56	10,8
Milho	Sudeste, Paraná, Sul da Bahia, Sul do Maranhão e Sul do Piauí Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Único	60kg	13,50 13,00	14,00 14,00	3,7 7,7
Sisal	Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte	SLG	kg	0,85	0,96	12,9
Alho	Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste		kg	1,76	1,89	7,4
Castanha de Caju	Norte e Nordeste		kg	0,92	1,00	8,7
Castanha-do-Para com casca	Norte		kg	36,00	40,00	11,1
Guaraná	Norte, Nordeste e Centro Oeste		kg	5,00	5,65	13,0
Pó Cerífero	Nordeste		kg	2,90	3,10	6,9

Queda na relação de troca da agricultura

Para acompanhar o grau de rentabilidade da agricultura, dentre os diversos indicadores mais utilizados e tradicionais, que são apurados pela Fundação Getúlio Vargas, se destacam:

- O índice geral de troca, que mostra a relação entre os índices de preços recebidos e os índices de preços pagos;
- O índice de troca por produto, que mostra a relação entre os índices de preços recebidos pelo produto e o índice de preço pago pelos insumos (sementes, defensivos, combustíveis), serviços e mão-de-obra.

Ao longo do tempo, a agricultura é uma atividade à mercê de movimentos cíclicos de preços, não apenas em razão da influência de fatores conjunturais (doenças, clima, juros, crédito, câmbio), como também dos impactos estruturais ligados à tecnologia, gestão, a produtos sucedâneos, hábitos de consumo etc.

Quando se considera o período pós-Plano Real, em particular, a partir de agosto de 1995, para tirar o efeito do primeiro ano de ajuste do plano sobre os índices, se constata momentos distintos, a partir da análise da relação de troca.

- De 1995 a 1998, houve um aumento no índice de relação de troca, em função da seca nos Estados Unidos e dos preços favoráveis nas commodities agrícolas. Não obstante, uma grande crise afligia o setor com a estabilidade da moeda e seus altos juros reais. Programas como Securitização, PESA e RECOOP

repactuavam dívidas e ajudavam a liquidez do setor.

- De 1999 a 2002, a agricultura, bem saneada financeiramente, ganha força competitiva com a desvalorização do real. Depois de uma queda inicial, em razão do impacto negativo dos insumos importados, a relação de troca se recupera e apresenta oscilação moderada. As exportações aceleram com o câmbio desvalorizado, as doenças nos rebanhos da União Européia e dos Estados Unidos, as compras chinesas. O fato de os preços das *commodities* agrícolas estarem fracos no mercado internacional não teve influência negativa.

- Em 2003 e primeiro semestre de 2004, a alta desvalorização do dólar junto com a melhoria dos preços das *commodities* internacionais estimula a produção. Os investimentos no setor aquecem e o grau de endividamento cresce de forma substancial (a área se expandiu 11 milhões de hectares desde 2000). Deficiências na infra-estrutura e logística penalizam a renda da agricultura. O País não tem capacidade para absorver e sustentar o aumento na capacidade de produção. Sinais de queda na relação de troca, apurados no primeiro semestre de 2003, perdem força com as compras da China e quebra na safra nacional.

- Segundo semestre de 2004 e 2005: 'despenca' a relação de troca com a valorização do câmbio e o enfraquecimento das *commodities*, com a grande colheita no mundo. Compras chinesas aquecem os preços no mercado mundial

de fretes e das matérias-primas como fertilizantes. Nova quebra na colheita nacional face à estiagem. Rentabilidade baixa na comercialização e compromissos para saldar os investimentos realizados em anos anteriores apertam a liquidez do setor. A ténue recuperação no índice de relação de troca não recuperará o padrão de tecnologia e os investimentos para a safra 2004/05. ■

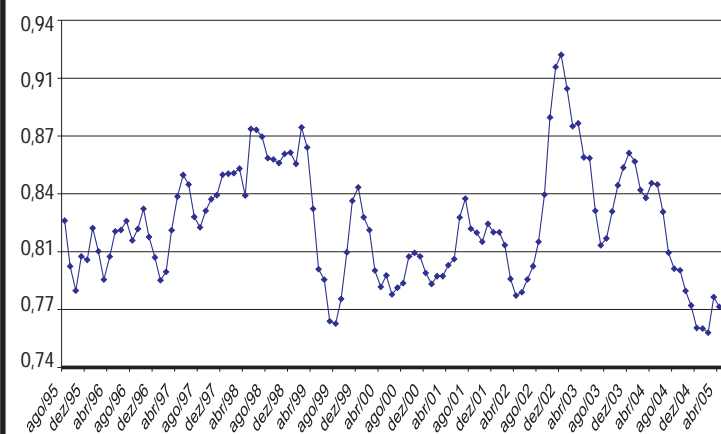
Área plantada deverá recuar entre 2% e 3% nesta temporada

Em meio a um clima cercado de indecisão, com boa parte dos agricultores ainda negociando a 'rolagem' de suas dívidas, o MAPA anunciou a liberação de R\$4 bilhões para financiar custeio e comercialização da safra 2005/06. Apesar do início da liberação de recursos, os rumos da nova temporada agrícola do País seguem indefinidos. Entre as muitas incertezas, há pelo menos um consenso: queda na área plantada e menor padrão de tecnologia.

As notícias do campo indicam um recuo na área plantada com grãos de 2 a 3%, ou até mais, em algumas regiões. Diante do atraso nas compras de insumos, mesmo que a demanda venha a ser igual à da safra passada, por problemas de logística, não será possível abastecer o mercado em relação à queda na área plantada, e a redução do padrão tecnológico terá um impacto maior.

O MAPA também fechou acordo com a área econômica do Governo para prorrogação das duas primeiras parcelas das dívidas de custeio da safra 2004/05. Serão beneficiados pela medida os produtores do Sul do Maranhão, de Tocantins, Piauí, Triângulo Mineiro, da Bahia, do Centro-Oeste, e também da região Sul do País. O vencimento das parcelas tem datas diferenciadas de acordo com a região. No caso do Centro-Oeste, as duas primeiras parcelas vencem em julho e agosto. No caso dos produtores de algodão da Bahia, os vencimentos acontecem em setembro e outubro. Independente- ►

Relação de troca - Índice de Preços Recebidos vs. Índice de Preços Pagos



Fonte: FGV

► mente da data de vencimento, o pagamento das parcelas ficará para março e abril de 2006.

O valor total da prorrogação poderá chegar a R\$1,9 bilhão. Como muitos produtores pagam seus débitos, é impossível calcular o montante prorrogado. As dívidas pagas voltarão para custear a safra do próximo ano. A postergação das dívidas privadas é bem vista, pois cerca de 70% do valor necessário para o custeio da safra é bancado pelos produtores ou por fornecedores de insumos.

A chegada dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), na linha de crédito especial chamada de Giro Rural, de R\$3 bilhões, deve ser outra fonte alternativa de financiamento para o campo, principalmente nas regiões afligidas pela estiagem, como Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. As condições do empréstimo são atrativas: taxa de juros de longo prazo, mais 4% ao ano, com exigência de aval pela agroindústria.

Na Câmara Setorial de Insumos, do MAPA, as projeções setoriais apresentadas pelas entidades e empresas apontam para uma baixa na venda de insumos. Para o calcário, a queda, em milhões de toneladas, deverá ser de 40%, ou seja, de 27,1 para 15,7, segundo a Associação Brasileira de Calcário - ABRACAL. Nos fertilizantes, apesar da menor venda, de 27,4%, no primeiro semestre, em relação ao mesmo período do ano passado, a redução não passará de 10%. O maior problema será de logística, face à concentração da demanda. Nas sementes, a taxa de utilização diminuiu. A situação mais dramática será atender à procura da soja transgênica, no Rio Grande do Sul. Quanto aos defensivos, um menor faturamento, da ordem de 20%, será considerado normal. ■

Superávit comercial alcança US\$ 36 bi em doze meses

Nos sete primeiros meses de 2005, as exportações somaram US\$24,273 bilhões, um recorde histórico para períodos de janeiro a julho, e 9% acima do valor exportado no mesmo período de 2004. No acumulado do ano, as importações cresceram 3,1% em relação a igual período do ano anterior, totalizando US\$2,890 bilhões. Como consequência, se registrou um superávit de US\$21,383 bilhões, também um recorde histórico para períodos de sete meses.

Os destaques são os aumentos dos valores exportados pelos grupos de produtos: carnes (34%); açúcar e álcool (65,8%); madeiras e suas obras (7%); café (58,7%); fumo e tabaco (29%); frutas, hortaliças e preparações (9,8%); e leite, laticínios e ovos (12,2%). Em termos de produtos, chama atenção o crescimento das exportações de carne bovina *in natura* (37%); frango *in natura* (25%); carne suína (82%); café em grãos (65%); açúcar (69%); álcool (49%); e leite (37,5%).

Quanto às importações, entre janeiro e julho de 2005, as variações mais significativas ocorreram nas aquisições de leite (87,4%); borracha natural (15,8%); milho (52,6%); e alho (64,2%). As importações de trigo, algodão, arroz diminuíram 19,3%; 76%; e 42%, respectivamente.

Quando se considera os resultados acumulados em 12 meses (agosto/2004 a julho/2005), as exportações brasileiras do agronegócio totalizaram US\$41,044 bilhões, 8,6% acima do valor exportado no período de agosto de 2003 a julho de 2004, que foi de US\$36,669 bilhões. As importações foram 4,3% superiores aos doze meses anteriores, com gastos de US\$ 4,968 bilhões. Como resultado, o superávit comercial acumulado nos últimos 12 meses foi de US\$36,076 bilhões. Tanto as exportações quanto o superávit comercial apresentaram valores recordes. ■

Balança comercial do agronegócio (em US\$ mil)

PRODUTO	JANaJUL/2005 (a)			JANaJUL/2004 (b)			Var.(%) (a/b)	
	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP
Complexo da soja	5.449.216	77.528	5.371.688	6.580.694	80.085	6.500.609	-17,2	-3,2
Carnes	4.420.118	52.942	3.966.329	3.310.843	45.055	2.949.382	34,2	16,8
Açúcar e álcool	2.536.271	207	2.536.064	1.529.841	263	1.529.578	65,8	-21,3
Madeira e suas obras	2.205.036	48.793	2.156.243	2.060.713	42.044	2.018.669	7,0	16,1
Papel e celulose	1.916.839	472.434	1.444.405	1.702.575	416.402	1.286.173	12,6	13,5
Couros, peles e calçados	1.760.811	124.633	1.636.178	1.638.318	117.302	1.521.016	7,5	6,2
Café, chá, mate e especiarias	1.512.437	14.814	1.497.623	943.043	13.610	929.433	60,4	8,8
Fumo e tabaco	893.707	18.976	874.731	691.968	14.961	677.007	29,2	26,8
Algodão e fibras têxteis vegetais	705.987	127.863	578.124	692.435	200.030	492.405	2,0	-36,1
Sucos de frutas	686.164	72.977	613.187	649.635	48.191	601.444	5,6	51,4
Frutas, hortaliças e preparações	326.298	217.334	108.964	297.098	161.515	135.583	9,8	34,6
Pescados	231.541	161.891	69.650	238.507	147.198	91.309	-2,9	10,0
Cereais, farinhas e preparações	213.959	688.813	-474.854	731.075	823.410	-92.335	-70,7	-16,3
Cacau e suas preparações	196.057	72.928	123.129	171.571	57.803	113.768	14,3	26,2
Leite, laticínios e ovos	90.908	85.276	5.632	81.024	53.671	27.353	12,2	58,9
Bebidas	35.355	81.108	-45.753	30.439	71.110	-40.671	16,2	14,1
Borracha natural	260	141.713	-141.453	321	122.359	-122.038	-19,0	15,8
Demais produtos	1.092.091	429.760	1.063.178	894.230	387.957	822.679	22,1	10,8
Total geral	24.273.055	2.889.990	21.383.065	22.244.330	2.802.966	19.441.364	9,1	3,1

Fonte: SECEX/MDIC: Análise das Informações de Comércio Exterior - ALICE
Elaboração: DPIA/SRI/MAPA



Gargalos ameaçam competitividade

Durante os três últimos anos, quando os preços internacionais dos principais produtos do agronegócio e o câmbio estavam favoráveis, ficaram em segundo plano questões sobre tributação e infraestrutura logística. Com a reversão do ambiente, esses obstáculos ficaram mais visíveis. É um grande alerta: novo ciclo de crescimento nos grãos passa pelo aumento da competitividade da cadeia produtiva, e não apenas da produção propriamente dita.

A situação é mais grave com o avanço da agricultura para o Centro-Oeste. Embora a agricultura seja produzida com eficiência, faltam condições para o agricultor segurar os produtos e administrar melhor a rentabilidade. O quadro aflige quando a comercialização é vagarosa. Para suportar uma expansão na colheita de grãos, o setor agrícola terá de fazer milagres para enfrentar as fragilidades e as velhas carências em armazenagem, estradas sem conservação, ferrovias deterioradas e sistema portuário sem modernização. Somado a isso, há toda a pertinência de a safra brasileira ser colocada no mercado internacional antes do início da colheita americana, em setembro.

No agronegócio, há um desequilíbrio entre a produção e a capacidade de armazenagem. A tomada de decisão de construir armazéns compete aos produtores, que priorizaram pouco tais investimentos (veja Agroanalysis, maio/2005, VOL 25, N°7).

FRETE CARO

Essa deficiência faz com que a maior parte da safra seja guardada em caminhões nas filas dos portos. As diárias dos caminhões custavam caro, em 2004, enquanto o valor dos fretes Goiás-Paranaguá, em média, passou de cerca de US\$20 para US\$40 por tonelada, e o preço diário do navio mais do que dobrou, chegando a US\$36 mil.

Manter e construir estradas, no entanto, é obrigação dos governos

federal e estadual. Dos R\$30 bilhões já arrecadados pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), uma taxa incidente sobre os combustíveis desde janeiro de 2002, para repassar verbas ao setor rodoviário, apenas 8% foram efetivamente aplicados. Na maior parte, os recursos

são contingenciados para gerar superávits fiscais e pagar juros da dívida interna. A Confederação Nacional dos Transportes ingressou ação no Supremo Tribunal Federal a favor do cumprimento da exigência da aplicação dos recursos da Cide na sua finalidade. Com a metade dos R\$10 bilhões gerados a cada ano, seria possível revitalizar toda a ma-

lha rodoviária.

Enquanto as obras 'empacam', a infraestrutura rodoviária brasileira recebe a cada ano cerca de 75 mil novos caminhões, 50 mil implementos (reboques, tanques) e 5 mil vagões. Tidas como esperança, as Parcerias Público-Privadas (PPPs), para funcionarem, necessitam definir quem vai gerir e administrar o fundo garantidor, imprescindível para oferecer maior segurança aos empreendedores. A definição e implementação das regras não acom-

panham a urgência imposta pela realidade. Dos 23 projetos selecionados para serem tocados por meio das PPPs, poucos contam com chances de serem executados até 2006.

Se o Banco Mundial (Bird) recomenda aos países emergentes destinarem,

no mínimo, 3,5% do PIB à infraestrutura, em 2004, enquanto o PIB cresceu 5,2%, os investimentos federais em transportes somaram R\$1,93 bilhões ou 0,11% do PIB. De acordo com a Confederação Nacional dos Transportes, existe o risco de um 'apagão' logístico. Os investimentos da União para ampliar e melhorar o transporte, em rela-

Orçamento da União para 2005 (R\$ bilhões)

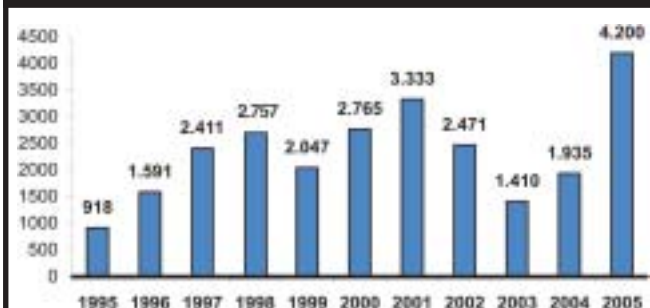
Rodovias	5.346
Ferrovias	170
Hidrovias	341
Portos	552
Total	6.409

Movimento de cargas em 2005 (milhões de t)

Setor	2004	2005	Variação %
Rodovias	392	455	16
Ferrovias	327	356	9
Aguavias	350	399	14
Total	1.069	1.210	13

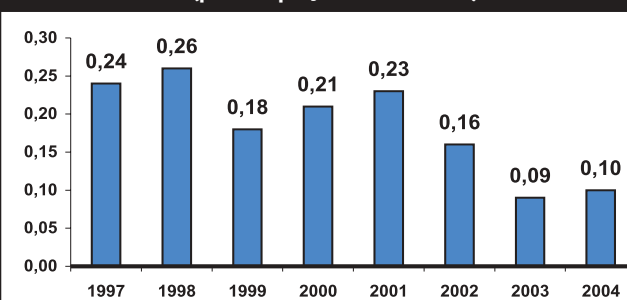
Fonte: CNT

Ministério do Transporte: orçamento executado (R\$ milhões)



Fonte: MT

Governo: investimento em transportes no Brasil (participação % no PIB)



Fonte: Centro de Estudos de Logística

ção ao PIB, apresentam queda. Do total de recursos autorizados em 2004, de R\$2,168 milhões, somente R\$1,93 milhão foi efetivamente gasto, devido à falta de capacidade operativa (burocracia, editais, meio ambiente etc.)

Com o crescimento da economia, é natural um aumento no volume de cargas. Mas os resultados positivos não deverão se repetir neste exercício. A péssima infra-estrutura do País e a falta de investimentos suficientes pesam de forma negativa contra o setor.

Não obstante, o cenário para os próximos quatro anos, no tocante ao volume de carga transportada no Brasil, é de crescer até 40% em relação ao transportado atualmente. No setor de grãos e fertilizantes, por exemplo, o Ministério dos Transportes (MT) espera uma elevação de 22% na quantidade de carga. A estimativa decorre de um aumento de 40 milhões de to-

ano passado, ao redor de 3,5 milhões. Em 2010, a demanda requererá 7,0 milhões de unidades.

RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS

Com orçamento de R\$5,346 bilhões, a expectativa do Ministério de Transporte (MT) é de restaurar 14 mil km de rodovias e fazer obras de conservação de 25 mil km, neste ano. Se considerarmos os 58 mil km de rodovias federais, este é um bom avanço. Em 2004, os investimentos foram de R\$2,4 bilhões em 2004, valor abaixo das necessidades.

Cerca de 85% das rodovias estão acima da média de idade de uma estrada, de 10 a 12 anos. O uso de rodovias é sempre feito em distâncias menores, e não para longas distâncias. A solução do problema de escoamento da produção com uma nova ferrovia é de médio e longo prazo, porque sua construção é muito demorada. São investimentos de grande vulto, sem retorno imediato.

No prazo de três anos, o governo pretende colocar em boas condições pelo menos 60% das estradas federais e reduzir a quantidade de rodovias ruins para apenas 1% da malha federal. Se o objetivo for atingido, será uma revolução em relação à situação atual, em que apenas 16,1% das estradas são consideradas boas pelo próprio governo e 47,8% são consideradas ruins.

O projeto-piloto negociado pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo qual a maior parte do orçamento do MT ficará imune a bloqueio de verbas pela área econômica, é uma es-

tratégia interessante.

O acordo prevê que os gastos referentes a esses projetos não serão levados em conta na hora de calcular o resultado das contas públicas, que devem fechar com um saldo positivo equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), este ano. O governo pretende recuperar 12 rodovias federais em 27 Estados, entre 2005 e 2008, com obras de reabilitação em 7 mil quilômetros, e de manutenção, em 8 mil quilômetros de estradas.

A operação prevê investimentos de R\$1,826 bilhão neste ano e R\$1,5 bilhão em cada um dos próximos dois anos. A expectativa do governo é de que, depois de recuperadas, as estradas tenham custo de manutenção mais baixo, o que proporcionaria uma economia de R\$2,5 bilhões a R\$3 bilhões por ano.

A carteira do Projeto-Piloto, que não inclui apenas obras nas estradas, mas também programas de outras pastas, prevê a aplicação de R\$4,365 bilhões em 2005. Desse total, R\$3,531 bilhões irão para o MT, e o restante, para projetos como irrigação, transporte urbano e pesquisas tecnológicas. Mas apenas R\$2,820 bilhões estão previstos no projeto negociado com o FMI. O R\$1,545 bilhão restante virá do orçamento dos ministérios, ficando sujeito a corte. Na área de Transportes, a verba considerada segura é de R\$2,161 bilhões. Mesmo os recursos blindados contra cortes som, ente serão repassados integralmente se os projetos forem cumpridos à risca. Além das estradas, outra área prioritária é a dos portos, que deverão receber R\$548 milhões neste ano. ■

Brasil: estradas federais e estaduais

Estado geral	km	%	% acumulado
Péssimo	10.928	14,6	14,6
Ruim	17.687	23,7	38,3
Deficiente	27.148	36,4	74,7
Bom	10.227	13,7	88,4
Ótimo	8.692	11,6	100,0
Total	74.681	100,0	

Fonte: Pesquisa Rodoviária .CNT. 2004

neladas na produção. Na área siderúrgica, o crescimento da carga transportada deve chegar a 40%.

A movimentação de contêineres também avançará significativamente. Pelos dados do MT, em 2008, a movimentação chegará a mais de 5,5 milhões de unidades, número bem superior à projeção para o fechamento do



Ferrovias: investimentos nos trilhos

A Rede Ferroviária Federal foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND) em 1992. O modelo de concessão dividiu a Rede Ferroviária Federal - RFFSA em seis malhas regionais: Malha Sudeste, Malha Centro-Oeste, Malha Sul, Malha Oeste, Malha Nordeste e Ferrovia Tereza Cristina. Como agente do Programa Nacional de Desestatização, o BNDES foi o responsável por elaborar o modelo de privatização, que começou em 1996 e terminou no ano seguinte, aumentando a eficiência do setor.

Com o sucesso do programa, o banco financiou as novas concessionárias privadas. Em 1995 e 1996, liberou para as ferrovias R\$17,488 milhões. O ano de maior aporte ocorreu em 2002, no montante de R\$273,245 milhões. Os desembolsos do BNDES para o setor somaram R\$1,093 bilhão de 1995 a 2005.

O processo de transferência para a administração e operação privadas começou em 1996, com a concessão das malhas do Sistema Rede, e encerrou em 1999, com a concessão da antiga Ferrovia Paulista (Fepasa). A mais valorizada das malhas foi a Sudeste, privatizada em 20 de setembro de 1996, ao preço mínimo de R\$1,433 bilhão. O maior ágio foi alcançado com a concessão da Malha Nordeste, em 18 de julho de 1997, da ordem de 37,9%.

No processo de desestatização das ferrovias, o governo federal recebeu R\$790 milhões à vista, mais parcelas trimestrais ao longo dos 30 anos das concessões. Os investimentos em material rodante e recuperação da malha somaram mais de R\$2 bilhões entre 1996 e 2001.

O setor pretende investir R\$11,3

bilhões, dos quais, R\$7,1 bilhões virão da iniciativa privada e R\$4,2 bilhões do governo federal, nos próximos cinco anos. Os cálculos são da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (ANTF). Essa cifra permitirá um aumento de 57% na capacidade de oferta de transporte ferroviário de carga pesada, com um ganho de seis pontos percentuais na matriz de transporte como um todo e uma redução de custos para o País da ordem de R\$11 bilhões.

Para o crescimento do sistema ferroviário não sofrer interrupção, o governo federal necessita solucionar alguns entraves, tais como:

1. Dificuldade de financiamentos, porque as empresas não são proprietárias dos bens ativos, mas, sim, operadoras do sistema ferroviário de cargas; mediante contrato de arrendamento vinculado ao de concessão de cada malha transferida à iniciativa privada, não há condições de oferecer garantias a empréstimos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2. Realocação das comunidades irregulares ao longo da faixa de domínio para eliminar os riscos de acidentes. Existem 824 focos de invasão em faixas de domínio, envolvendo 200 mil famílias, o que diminui a velocidade média das locomotivas de 40 km/h para 5 km/h nas áreas urbanas.

3. Ampliação da capacidade de investimentos públicos, bem como

Ferrovias no Brasil: pós 1996

Tamanho da malha	28,5 km
Concessionárias	11
Investimentos privados	R\$ 6,3 bilhões
Carga (bilhões t/km útil)	de 20,1 para 39,0
Redução do índice de acidentes	62%

Fonte: ANUT

Brasil: transportes usados na exportação

Transporte	Valor US\$ milhões	Participação %	Varição 03/04
Marítima	78.084	80,9	29,4
Rodoviária	6.466	6,7	43,8
Meios próprios	5.371	5,6	13,2
Linha de transmissão	4.419	4,6	64,7
Fluvial	1.216	1,3	498,6
Ferroviária	664	0,7	43,5
Postal e outros	251	0,3	50,3
Total geral	96.475	100,0	32,0

Fonte: MT

definição das regras e efetivação das parcerias público-privadas (PPPs) entre o setor público e o setor privado. Estão indicados como objetos de licitação de PPPs os projetos do Ferroanel de São Paulo (tramo norte) e do desvio Guarapuava-Ipiranga (PR).

4. Efetivação do Plano de Revitalização das Ferrovias, lançado em maio de 2003. A primeira etapa prioriza a restauração de trechos precários, com baixa densidade de tráfego e de funções importantes no atendimento ao mercado. A segunda etapa soluciona os trechos críticos e aumenta a capacidade dos corredores de transporte ferroviário para os portos exportadores do País.

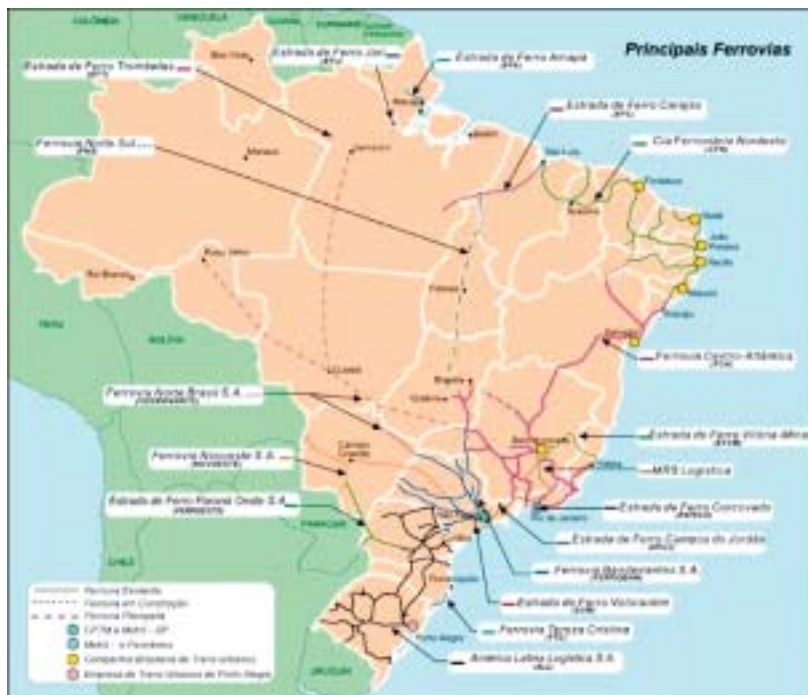
O processo de recuperação da malha ferroviária, mesmo que lento, tem trazido bons resultados. Em 1996, a indústria nacional produziu seis vagões dentro do Brasil, e todos foram exportados para a África. Em 2005, a demanda prevista de vagões é de 6 mil, contra os 4,6 mil em 2004. Para 2006 e 2007, o número deverá ficar em torno de 5 mil, para estabi-

lizar entre 3 mil e 4 mil, a partir de 2008, segundo a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ABIFER). Cada vagão traz, por trás dele, rodas, eixos, freios e equipamentos.

O boom na indústria ferroviária ocorreu a partir de 2003, com a expansão das concessionárias, num movimento puxado pelo fato de a ferrovia ganhar cargas das rodovias e aumentar a exportação de minério de ferro e de grãos. Agora, uma vez superada a fase de euforia na demanda por vagões e locomotiva no País, é preciso se concentrar mais na qualidade dos produtos.

PORTOS: REFORMA REDUZ OS CUSTOS

A Lei Federal 8630/93, de Modernização dos Portos, reduziu os custos operacionais para menos da metade. Os portos brasileiros conseguiram substanciais melhorias no atendimento aos usuários, mas a reforma está longe de ser completa. De acordo com a Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga (Anut), as empresas de comércio exterior desembolsaram US\$1,2 bilhão por atraso no embarque e desembarque de mercadorias nos portos brasileiros.



As exportações brasileiras em 2004 atingiram um valor nunca antes alcançado, de US\$96 bilhões; um crescimento de 32%, se comparado com igual período de 2003. Deste total, a maioria dos produtos brasileiros foi vendida para o exterior por três vias principais: marítima, rodoviária e aérea.

À lentidão nas operações portuárias, se somou um ambiente externo pouco ameno. A alta da de-

manda chinesa por navios para escoar sua produção e também para transportar os bens importados pelo país diminuiu o número de embarcações disponíveis pelo Brasil. Isso terminou por elevar os preços das diárias dos navios. O aluguel diário de um porta contêiner, conhecido por *demurrage*, que normalmente gira em torno de US\$15 mil, chegou a US\$45 mil em 2004.

Diferentemente em relação às rodovias, o investimento governamental nos portos é um problema menor. Os portos brasileiros devem receber, em 2005, o maior fluxo de investimentos públicos dos últimos dez anos, estimados pelo MT, em US\$637 milhões. O aporte vai para as áreas de dragagem, melhoramento das estradas de acesso e unificação dos serviços dos agentes federais, entre outros.

Através do Regime tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), criado em 2004, os investimentos em infraestrutura portuária podem atingir US\$500 milhões até 2007, prazo dado pelo governo para que operadores e arrendatários de áreas nos portos se beneficiem de isenções de tributos, como IPI, Imposto de Importação, Cofins e PIS/Pasep.



Mas as desventuras ultrapassam os portos e chegam à navegação de cabotagem, realizada entre portos brasileiros. Há registros de que os fretes entre Rosário (Argentina) e Recife, com aproximadamente 5,2 mil quilômetros de distância, custam menos do que o frete entre Paranaguá e Recife, que só tem 2,8 mil quilômetros. O transporte, feito por empresas de navegação nacionais, é onerado por tributos e encargos trabalhistas, dentre outros. Esta é uma das razões pelas quais o trigo, o milho e o arroz do Sul não conseguem competir com o importado.

A reserva de mercado e o ônus na navegação de cabotagem precisam ser revistos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ, a agência reguladora do setor), junto com o Ministério dos Transportes, embora o Brasil deva adotar políticas de proteção à armação nacional.

São urgentes a desburocratização e os investimentos públicos nos portos e na área retroportuária – calado, armazéns, estacionamentos, acessos, guindastes e equipamentos. As obras estratégicas do projeto Avança Brasil, do governo passado, ainda não foram executadas.

Sete empresas que atuam com operações portuárias no País, entre as quais, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Cargill e Doux-Frangosul, têm programados investimentos de US\$900 milhões até 2008 em obras de expansão e compra de equipamentos para movimentação de cargas nos portos. Mas a demora do governo em adequar os contratos de arrendamento de terminais destas empresas à lei de modernização dos portos, de 1993, já está retardando investimentos e pode até resultar no cancelamento de alguns projetos.

Para que os investimentos deslanchem, será preciso encontrar uma solução para a insegurança jurídica dos contratos de arrendamento destes terminais. A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) clama pela definição de uma política portuária, que contemple um novo modelo de gestão, em substituição ao das companhias Docas. ■

Prioridades para o escoamento da soja

Uma relação de obras para dar vazão à soja colhida na região centro-oeste e nas novas fronteiras de produção, no oeste da Bahia e no sul do Piauí e do Maranhão, foi elaborada pelo governo. Infelizmente, a perspectiva para estarem prontas estas obras passa de três anos. As realizações ainda não começaram. Os esforços estão concentrados na implementação de trabalhos durante o período de seca para melhorar as condições das estradas existentes e desafogar um pouco a safra 2005/06.

Os recursos estão sendo aplicados em trechos não pavimentados de rodovias federais importantes de Mato Grosso (BR-230; BR-163 e BR 174) e Pará. O objetivo é não mais sobrecarregar os portos de Santos e Paranaguá. Para tanto, investimentos pesados serão necessários em rodovias e ferrovias.

A pavimentação da BR-163 é considerada fundamental no trajeto de 1.560 quilômetros entre Nova Mutum (MT) e Santarém (PA), tendo sido incluída no Plano Nacional de Desestatização, para concessão à empresa e ao consórcio ligados à iniciativa privada, a fim de fazer a exploração, com cobrança de pedágio.

Outra obra importante é a ampliação da ferrovia norte-sul, no trecho que vai de Gurupi (TO) a Estreito (MA), em combinação com a duplicação da BR-153 (Belém e Brasília). O objetivo é viabilizar o escoamento através do porto de Itaguaí, com o emprego tanto de rodovia como de ferrovia, com a construção de uma estação de transbordo (mudança de carga entre caminhão e trem).

Entre as prioridades do governo para inaugurar as PPPs aparecem duas obras. A primeira é ampliação da ferrovia Norte-Sul, orçada em R\$1,4 bilhão. A segunda é ampliação da Transnordestina, que exigirá investimentos de R\$4,5 bilhões. No total, serão construídos 880 km de trechos novos, 1.100 km de alargamento das vias atuais e 870 km de remodelação, para ligar a cidade de Eliseu Martins, no sul do Piauí, aos Portos de Pecem e Suape. ■

Brasil: exportação de soja (mil t)

Portos	1992	1998	2003	2004
Paranaguá	1.171	3.696	5.734	5.135
Santos	1.060	1.897	5.700	5.629
Rio Grande	1.267	1.642	3.731	2.312
Outros	340	2.040	4.725	6.171
Total	3.838	9.275	19.890	19.247

Fonte : ANEC

Carga tributária sobre o diesel

Existe uma crença generalizada de que o diesel é subsidiado. Nada mais falso. Segundo estudo da Petrobrás, o preço do óleo diesel na bomba embute 26,2% de tributos. A tributação na receita da distribuição e revenda não é levada em conta.

Com um consumo anual de 36 milhões de metros cúbicos de diesel no País, a carga tributária atinge R\$15,5 bilhões por ano. Do total, R\$7,6 bilhões vêm do ICMS e R\$7,9 bilhões, do PIS/COFINS/CIDE. O valor estabelecido para a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) pelo decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, de R\$0,07 por litro de diesel, soma R\$ 2,5 bilhões por ano.

A arrecadação da CIDE sobre todos os combustíveis, de R\$22,4 bilhões nos anos de 2002, 2003 e 2004, deveria ser aplicada integralmente no financiamento dos programas de infra-estrutura de transportes, de acordo com a Lei nº 10.336. No entanto, isto não acontece.

Cerca de 20% (R\$4,4 bilhões) são automaticamente destinados a outras finalidades, por meio do dispositivo de Desvinculação das Receitas da União (DRU). A partir de 2004, em torno de 25% (R\$1,9 bilhão) foram transferidos para os Estados, para aplicação na infra-estrutura de transportes. Dos R\$16,1 bilhões restantes, a União deixou de usar, para aumentar o superávit fiscal, R\$3,9 bilhões. ■

Preço do litro do diesel ⁽¹⁾

Preço cobrado pela Petrobrás	R\$ 0,9840	60 %
CIDE/PIS/COFINS	R\$ 0,2180	13 %
ICMS	R\$ 0,2121	13 %
Distribuidores e revendedores	R\$ 0,2269	14 %
Total	R\$ 1,641	100 %

Fonte : Petrobrás. ⁽¹⁾Rio de Janeiro em maio de 2005.



Bahia é sede da Conferência Mundial

O Brasil vai sediar a Conferência Mundial de Café, de 23 a 25 de setembro em Salvador, na Bahia. O evento, organizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em parceria com a OIC (Organização Internacional do Café), vai reunir agentes de toda a cadeia.

Nos últimos anos, a cafeicultura mundial enfrentou sérios problemas, como a depreciação acentuada das cotações. De acordo com o MAPA, entre o final dos anos 80 e parte da década de 90, as exportações FOB dos países produtores da *commodity* variaram de US\$10 bilhões a US\$12 bilhões anualmente. A partir de 2000, caíram para cerca de US\$5,5 bilhões. As projeções, porém, agora são mais otimistas e apontam para um consumo mundial de 145 milhões de sacas de café até 2015, perante os atuais 120 milhões de sacas.

Nas últimas duas décadas, en-

quanto houve uma queda entre 50% e 86% nas cotações internacionais do produto, no mesmo período, o valor das vendas de varejo nos países consumidores cresceu 166%, de US\$ 30 bilhões para US\$ 80 bilhões.

É um momento estratégico: de um lado, para aproveitar as oportunidades abertas com a maior demanda global, de outro, para evitar excesso na produção e queda de preços. Na última década, o preço médio da saca caiu para US\$ 40. Apenas em janeiro passado, o preço da saca ultrapassou a barreira dos US\$100.

A 2ª Conferência Mundial do Café vai discutir políticas e ações para encontrar o ponto de equilíbrio entre produção e consumo. O tema central: Lições que Surgem da Crise: Novos Caminhos para o Setor Cafeeiro será tratado em três sessões:

- Lições que Surgem da Crise;
- Políticas do Café em uma Nova Economia de Mercado

• Como Desenvolver uma Economia Cafeeira

É necessária uma ampla discussão sobre como atuar neste ambiente favorável, de maneira que se garantam a maior remuneração e a melhoria de qualidade de vida dos 25 milhões de pessoas que trabalham com café nos mais de 60 países produtores. Para o Brasil, é interessante não só manter a liderança mundial de maior país produtor e exportador

As boas maneiras na produção

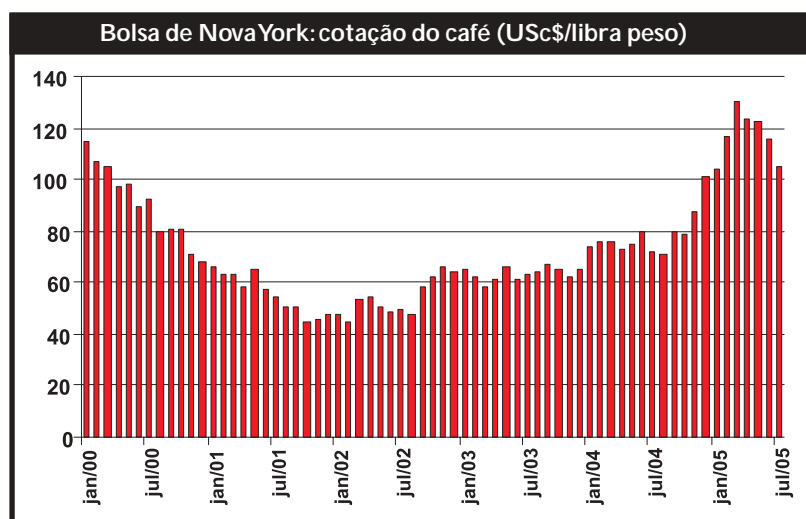
Brasileiros e europeus travam acirradas discussões sobre a sustentabilidade na cadeia produtiva do café, responsável pelo movimento anual de US\$60 bilhões. Em tela, os debates em torno do Código Comum para a Comunidade Cafeeira, denominado de 4Cs (Common Code for the Coffee Community).

Trata-se de um protocolo de boas maneiras no processo de produção do café verde, desenvolvido pela Associação Alemã do Café e pela GTZ, uma ONG (organização não-governamental) alemã, a pedido do Ministério Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento. Agora, em fase de implementação, o projeto começa a receber o apoio financeiro de outros países europeus.

A Alemanha é o maior processador mundial do produto. Importa das nações produtoras o correspondente a 16 milhões de sacas, dos quais, 10 milhões são de café verde. As demais são de produto industrializado, processado por outros países europeus. Com um consumo interno de 10 milhões de sacas, reexportam o correspondente a 6 milhões de toneladas de produto industrializado.

Para a Federação Europeia do Café, os objetivos básicos do código são uma produção de café que leve em consideração os aspectos sociais, ambientais e econômicos da cafeicultura. Ou seja, proporcionar condições decentes de trabalho e de vida para os agricultores, suas famílias e seus empregados. Nada de trabalho escravo e infantil.

A cultura do café não poderá invadir áreas de florestas primárias. Respeitadas essas condições sociais e ambientais, virá a viabilidade econômica, para garantir ganhos para todos



de café como, em dez anos, se tornar o maior país consumidor.

Estão sendo aguardados os presidentes de dez países, especialmente convidados pelo governo brasileiro: Colômbia, Costa do Marfim, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Uganda e Etiópia. ■

ONDE SABER MAIS:
www.worldcofeeconference.com

os participantes da cadeira produtiva, na visão dos europeus.

Os brasileiros olham com cautela e preocupação o 4Cs dos europeus, pois podem servir como medida protecionista dos grandes importadores. Os conceitos do código são bons e devem ser respeitados. Existem órgãos acima do 4Cs, como a OIT (Organização Internacional do Trabalho), para tratar desses assuntos. Ademais, a sustentabilidade vale para produtores e consumidores.

Para dar maior sustentabilidade à produção, uma elevação do padrão na qualidade do café exige custos arcados pelos produtores, que, na hora da venda do produto, devem ser repassados aos importadores. Do mesmo modo, consideramos esforços das indústrias européias para o desenvolvimento do mercado do café por lá. Uma das maneiras para isso seria a redução dos impostos no setor. O governo alemão, por exemplo, recebe receitas superiores a todo o valor gasto com a importação dos 10 milhões de sacas de café verde.

Apesar de as indústrias européias exigirem qualidade do café verde dos países produtores, o distanciamento entre os preços do café arábica – de melhor qualidade – e os do robusta resulta no aumento da mistura deste último no produto industrializado.

O programa estabelece regras sem contrapartidas e compromisso do lado comprador. Nesse sentido, peca como processo de cooperação. As certificações representam uma imposição de custos. Uma das propostas do Brasil aos europeus é a realização de mais investimentos nos países produtores, com o objetivo de agregar valores. Em maio, na correspondência encaminhada à Organização Internacional do Café, os produtores mundiais deploravam a falta de transparência e sua pequena representatividade na elaboração do código.

Mercado atravessa um bom momento

Depois de amargarem o pior nível dos últimos oito meses, os preços futuros do café estão em recuperação, como previsto, face à necessidade de correção técnica nos preços. Além disso, o risco de geadas nos cafezais ainda não pode ser totalmente afastado. As frentes frias derrubam as temperaturas nas regiões produtoras brasileiras. O melhor nível de fechamento, a 108,55 cents, foi observado no dia 14 de julho.

Passado o período de volatilidade com o "mercado climático", há quem aposte que os contratos podem se sustentar este ano ao redor de 100 cents. A estiagem de fevereiro, época de formação do grão, deverá diminuir o rendimento das lavouras de café e contribuir "para sustentar os preços. Apesar do sonho da libra-peso a 100 cents ter se materializado, a desvalorização do dólar penaliza a receita do produtor. Em condições normais, a saca de café está cerca de 30% mais cara.

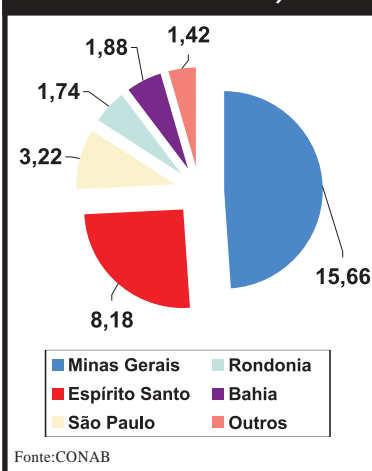
Para a safra de

café 2005/06, em seu terceiro levantamento, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima uma produção de 33,3 milhões de sacas do produto. Este resultado representa uma redução de 11,1%, ou 5,94 milhões de sacas, quando comparado à safra 2004/05, que foi de 38,6 milhões de sacas. A queda se deve ao clima desfavorável (chuvas excessivas) nas principais regiões produtoras e à baixa bialidade das lavouras de café arábica, que deve ser de 24,25 milhões de sacas, contra os 31,1 milhões da safra passada.

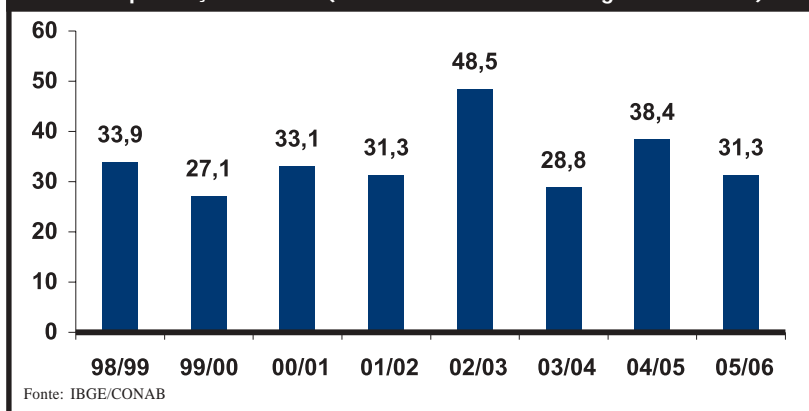
Diferentemente do café arábica, o café robusta (conilon), com produção de 9,07 milhões de sacas, apresenta

acréscimo sobre a safra passada de 20,1%, ou 1,52 milhão de sacas. Este resultado é creditado às condições climáticas favoráveis, principalmente no Espírito Santo, maior produtor deste tipo de café. Com uma colheita total de 15,658 milhões de sacas, Minas Gerais lidera a produção brasileira, seguido do Espírito Santo, com 8,182

Brasil: produção de café por estado - safra 2005/06 (33,3 milhões de sacas)



Brasil: produção de café (Milhões de sacas de 50 kg beneficiadas)



milhões; de São Paulo, com 3,223 milhões, e Rondônia, com 1,741 milhões de sacas. Bahia e Paraná ocupam a quinta e a sexta colocação, com uma colheita de 1,686 e 1,425 milhão de sacas, respectivamente.

Em relação à safra 2004/05, a área em produção registra um pequeno acréscimo de 0,4%, passando de 2.212,9 mil hectares para 2.222,4 mil ha. O maior incremento ocorreu no Estado de Minas, devido principalmente à variação nas áreas de

como Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Rondônia, Bahia, Paraná, Mato Grosso, entre outros. O trabalho foi complementado com informações do sistema Geosafra, que utiliza técnica baseada em geotecnologia (pesquisa por satélite). Foram aplicados 2.565 questionários.

ESTOQUE ELEVADO

Os estoques identificados de café do setor privado brasileiro somam 12,043

raias (7,907 milhões de sacas). Em seguida, aparecem São Paulo (1,916 milhão de sacas), Espírito Santo (989 mil sacas) e Paraná (882 mil sacas).

O volume de estoques privados de café já foi avaliado pelo governo federal, como experiência, em anos anteriores. Só agora, porém, a pesquisa foi realizada para divulgação pela Conab. Com esses números, o governo passa a acompanhar o quadro de oferta e demanda da produção cafeeira no mercado.



café em produção e em formação, seguidos de São Paulo e Bahia. Na safra 2005/2006, o parque cafeeiro brasileiro é formado por 5.170.369 de pés de café.

A Conab utiliza novas tecnologias com o uso de imagens e posicionamentos gerados por satélite (GPS), sistemas de informações geográficas. A pesquisa de campo foi realizada por 243 técnicos e órgãos conveniados, no período de 3 a 29 de julho, nos principais estados produtores,

milhões de sacas de 60 quilos, com destaque para o tipo arábica, com 10,871 milhões de sacas. Este é o resultado do primeiro levantamento oficial dos estoques privados de café, em 2005, divulgado pela Conab.

A pesquisa foi realizada por 70 técnicos, entre abril e maio deste ano, em 1.307 estabelecimentos em todo o País. O estado onde se concentra o maior número armazenado de café é Minas Ge-

A previsão é de crescimento de 35% no consumo interno

Em cinco anos, o mercado interno consumirá o correspondente a 21 milhões de sacas, volume 35% acima do atual, segundo a ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café), com base em um dado concreto: o avanço acele-

FINANCIAMENTO

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, em 28 de julho último, a proposta do MAPA para a liberação de R\$350 milhões aos produtores de café da safra 2004/2005, destinados à colheita e estocagem do produto, sendo R\$50 milhões reservados para a agricultura familiar. Os recursos aprovados se somam aos R\$500 milhões disponibilizados a partir de março deste ano para as mesmas finalidades.

Os cafeicultores interessados nessa linha de financiamento têm até o dia 30 de novembro para tomar o empréstimo referente à colheita e até o dia 31 de janeiro de 2006 para a estocagem do produto. Nas duas modalidades, os prazos para a concessão do crédito variam de região para região.

O produtor contará com o limite de R\$140 mil para a estocagem do produto, e as cooperativas poderão contratar até o limite de R\$3 milhões; em ambos

os casos, pagarão juros de 9,5% ao ano. O prazo para pagamento é de até 180 dias a partir da data da contratação do empréstimo.

O cafeicultor poderá alongar o prazo de pagamento do empréstimo para a colheita por um prazo idêntico ao estabelecido no financiamento da estocagem, bastando a conversão de uma operação para outra, ou seja, quando o mutuário transformar o financiamento da colheita em empréstimo de estocagem. ■

A empresa especialista em fertilizantes.

Mosaic

FERTILIZANDO A TERRA. www.mosaicfertilizantes.com.br - 0800 11 86 49

Cargill
Fertilizantes
agora é Mosaic.

rado do consumo no Brasil nos últimos anos, contrariando os dados mundiais, com taxas estáveis de evolução.

Pesquisa da ABIC mostra que, nos 12 meses encerrados em abril, o consumo nacional de café subiu para 15,5 milhões de sacas, crescendo 3,7% em relação aos 14,9 milhões de sacas registrados nos 12 meses até outubro de 2004. Se comparados os dados médios de consumo de maio de 2003 a abril de 2004 em relação aos de

maio do ano passado a abril deste ano, o avanço do consumo é de 12,22%, segundo a ABIC. A média de crescimento do consumo mundial é de apenas 1,4%.

Com isso, o consumo *per capita* nacional já é de 4,15 quilos por ano, se aproximando dos 4,4 quilos nos Estados Unidos, o maior consumidor mundial de café.

O aumento de consumo se dá por três motivos: redescoberta do brasileiro pelo

prazer de tomar café, melhoria na renda e aumento da qualidade do produto.

São ainda considerados tímidos: as ações de promoção e estímulo dos cafés diferenciados e de alta qualidade, junto com o novo Programa de Qualidade do Café - PQC, as campanhas institucionais patrocinadas pela ABIC, CDPC e outras organizações, e os investimentos em marketing pelas empresas.



A ameaça da pirataria

ANTONIO CARLOS LIMA NOGUEIRA*,
DECIO ZYLBERSZTAJN**
e ÉRICA GORGA***

As transformações experimentadas pela indústria de sementes favoreceram a inovação e as pesquisas sobre novas variedades, o que contribuiu para aumentar a produtividade agrícola no cultivo de grãos. Concomitantemente, entretanto, se verificou a expansão considerável da pirataria, ou seja, da reprodução de sementes legalmente protegidas, sem a autorização dos melhoristas e com infração aos direitos de propriedade intelectual para fins de comercialização ilegal.

Um dos motivos da expansão da pirataria é a incapacidade dos agentes públicos e privados de garantir os direitos de propriedade intelectual previstos na legislação. O crescente mercado de sementes "informais" provoca deterioração no ambiente de negócios, visto que reduz a capacidade de investimento e competição das empresas legalizadas e os incentivos para a pesquisa de variedades.

A guarda de parte dos grãos produzidos para uso como semente pelo próprio agricultor é tecnicamente possível nos casos de variedades não obtidas por meio de linhagens híbridas, sendo permitida pela legislação. Mas essa prática pode afetar negativamente a germinação, uniformidade de crescimento e produtividade das culturas. Outro risco é a disseminação de doenças, em razão da inexistência de garantias de qualidade.

Uma das culturas mais afetadas pela pirataria foi a da soja. A Associ-

ação Brasileira de Sementes e Mudanças (ABRASEM) estima a quantidade necessária de sementes para a área plantada em grãos e compara esse número à quantidade vendida pelas empresas de sementes. Observa-se uma tendência de redução da participação das sementes originais, que passaram de 85% na safra 2001/2002 para 57% na safra 2003/2004.

A nossa pesquisa adota abordagem baseada na análise dos aspectos formais (sistema legal e judiciário) e culturais dos arranjos privados entre os agentes (contratos), e dos mecanismos de solução de conflitos. Visa assim obter análise mais

cedentes que eventualmente são vendidos em transações informais.

A capacidade de aplicação da lei se apresenta limitada, devido à carência de recursos materiais e humanos do Ministério da Agricultura para a fiscalização. Também o desconhecimento dos efeitos danosos que ocorrem em diversos setores econômicos pode favorecer a entrada dos agentes no mercado informal. São relevantes os efeitos relacionados à sanidade e os impactos nas estratégias das organizações, redutores da competitividade.

No âmbito dos arranjos privados, é necessário considerar que as

transações de compra e venda de sementes envolvem o preço, atributos de qualidade e o aporte de garantias. O preço e as condições de pagamento são os motivos básicos para o

uso de produtos informais, sendo particularmente relevante para compradores que utilizam o bem como insumo de produção para competir em mercados de commodities, como a soja. O preço da semente informal é, obviamente, inferior ao da semente legal, o que atrai compradores.

Entretanto, além dos preços estão os atributos de difícil observação associados à qualidade, como as taxas de germinação, pureza, vigor, produtividade e sanidade. Espera-se que as condições de produção das sementes originais previstas na legislação favoreçam a obtenção de níveis eleva-

Demanda potencial e efetiva de sementes originais de soja no Brasil

Safra	Área plantada em grãos (ha)	Demanda de sementes		Taxa de utilização de sementes originais
		Potencial (t)	Efetiva (t)	
2000/2001	12.449.044	873.078	650.888	75,0%
2001/2002	11.696.000	702.000	596.000	85,0%
2002/2003	37.068.600	2.224.876	1.891.144	85,0%
2003/2004	21.243.700	1.279.164	831.456	65,0%
2004/2005	23.103.900	1.386.234	790.153	57,0%

Fonte: ABRASEM, 2005

completa da realidade, considerando os diversos aspectos que moldam cada transação.

No plano institucional, se verifica que, apesar dos avanços obtidos, existem deficiências na legislação e na sua aplicação prática. Ao permitir a exceção de uso próprio pelo agricultor sem estabelecer limites de volume, a Lei de Proteção de Cultivares incentiva o surgimento do mercado informal. Produtores com alta tecnologia, situados em localidades com condições favoráveis de altitude e clima, são capazes de produzir sementes para uso próprio e também obter ex-

dos nesse conjunto de atributos, que justifiquem os preços cobrados pelas empresas de sementes e motivem o agricultor a utilizar sementes legais.

A legislação obriga as empresas fornecedoras de sementes a oferecerem garantias somente em relação a níveis mínimos de germinação e pureza. A falta de garantias para os outros atributos é uma das razões para a adoção de sementes próprias ou informais, conforme depoimentos de agricultores, coletados durante o estudo. Muitas vezes, o agricultor confia mais nas sementes próprias ou nas do vizinho do que nas sementes certificadas. Nesse caso, a reputação do produtor das sementes parece ser mais valorizada do que as garantias previstas na legislação. Existem casos de conflitos decorrentes de falhas na qualidade das sementes certificadas e da falta de cumprimento da garantia pelos fornecedores.

Outra forma de conflitos é o desrespeito à propriedade intelectual, ocorrido no desvio de material genético por multiplicadores, multiplicação não autorizada de sementes originais e venda informal por agentes como cooperativas, armazenadores e agricultores. Os mecanismos de solução desses conflitos podem ser privados ou públicos. Os mecanismos privados são a negociação e o rompimento das relações comerciais quando não existe acordo. Os mecanismos públicos se apoiam no uso do judiciário.

INDENIZAÇÃO

O uso do judiciário contra a pirataria no suprimento de sementes, aparentemente, começou somente em 2004, quando empresas de semente iniciaram ações para obter indenizações e coibir a comercialização das suas variedades. As ações estão em estágio inicial, mas têm produzido resultados positivos para os autores, visto que os réus parecem aceitar acordos que envolvem indenizações e ações de publicidade contra a pirataria de sementes, conforme o relatado por advogados que lidam com a matéria. Essas ações são apoiadas pela Associação Brasileira de Obtenedores Vegetais (BRASPOV), que tem interesse na sua divulgação.

Segundo informações de advogados, as empresas que tiveram suas sementes pirateadas ainda não apresentaram queixa-crime para dar início à ação penal, a qual, nesse caso, é de iniciativa privada. Entretanto, uma análise da Lei de Proteção de Cultivares (Artigo 37) demonstra que não houve disciplina adequada da norma penal, posto que não há definição do crime de violação dos direitos do melhorista, nem atribuição de pena, tal como ocorre com os crimes previstos na Lei de Propriedade Industrial. Esse ponto, indubitavelmente, é mais uma das falhas da lei, que acaba dificultando a aplicação de sanções, as quais poderão se limitar somente à esfera administrativa. Segundo advogados, aparentemente, também não há registro de processos administrativos e penalidades aplicadas aos infratores da proteção aos cultivares.

As empresas de sementes aguardam o julgamento das ações cíveis que pleiteiam indenização pelos danos sofridos. A decisão dos juízes e dos tribunais é fundamental para inibir o crescimento do mercado informal, garantir o direito à propriedade intelectual, punir as práticas ilícitas e assegurar a viabilidade econômica

das ações públicas e privadas de melhoramento de sementes e de seus benefícios para o desenvolvimento da agricultura nacional.

O problema extrapola as fronteiras do Brasil. É sério nos EUA, onde as empresas assinam contratos com os agricultores que se comprometem a não guardar sementes para safras futuras, e muito sério na Argentina, onde o mercado formal de sementes de soja foi drasticamente afetado. Soluções para o problema demandam ações conjuntas do setor privado e público, ainda a serem devidamente desenhadas. ■

* Doutorando em Administração da FEA/USP e Pesquisador do projeto Contrato e Instituições nos Agronegócios.

** Professor Titular do Departamento de Administração da FEA/USP e Coordenador do Projeto.

*** Doutora em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da USP, Pesquisadora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e Pesquisadora do projeto.

Os autores atualmente conduzem um estudo na Universidade de São Paulo, financiado pela Fundação Tinker dos Estados Unidos, para identificar os determinantes e as soluções para o problema da pirataria na indústria brasileira de sementes.

Indústria de sementes: três grandes transformações desde os anos 90

1 Aprimoramento institucional para disciplinar e proteger o direito de propriedade intelectual e a qualidade das sementes melhoradas.

• *Lei de Proteção de Cultivares*: protege a propriedade intelectual dos melhoristas, com os certificados de proteção de novos cultivares.

• *Lei de Sementes*: institui o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, disciplinando a produção, certificação e comercialização de sementes de variedades registradas.

• *Lei de Biossegurança*: regula a pesquisa, produção e comercialização de organismos geneticamente modificados (OGM), criando o Conselho Nacional de Biossegurança.

2 Com o aumento da participação das empresas multinacionais na indústria de sementes, veio o avanço da biotecnologia, que propiciou o desenvolvimento de cultivares nos centros de pesquisa internacionais e motivou a busca por oportunidades de negócios no Brasil.

3 Adoção de licenciamento de materiais genéticos propiciados pela legislação de propriedade intelectual. Em particular, o crescimento das relações entre instituições públicas de pesquisa e empresas privadas, com destaque para a EMBRAPA, que estabeleceu parcerias com instituições de pesquisa estaduais, empresas multinacionais e fundações privadas para o desenvolvimento de novas variedades.



Aos Produtores Rurais Brasileiros

O setor industrial produtor de defensivos agrícolas no país, através de suas entidades representativas, a saber: SINDAG – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola; AENDA – Associação Brasileira de Defensivos Genéricos e ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal –, sentem-se na obrigação de levar ao agricultor brasileiro uma mensagem de tranquilidade quanto ao fornecimento desses insumos para a próxima safra agrícola, lembrando que as empresas estão preparadas para fornecer produtos e serviços de qualidade, e em tempo hábil, desde que não ocorra demanda excessivamente concentrada às vésperas da época de plantio, o que poderia gerar problemas de abastecimento em função de gargalos logísticos e financeiros.

Outrossim, lembramos que apesar da alta competitividade do setor, constituído por mais de 50 empresas estabelecidas no país, as entidades acima citadas sempre defenderam a agilização dos processos de registro para produtos equivalentes, também conhecidos como genéricos, desde que atendidos os critérios de equivalência internacionalmente aceitos e estabelecidos pela FAO – Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas.

Qualquer outro procedimento colocaria em risco a qualidade do alimento produzido, com possíveis danos à saúde humana e ao meio ambiente, com evidentes ameaças às exportações dos produtos do agronegócio brasileiro.

Assim, através da imediata aplicação dos critérios FAO, que são de pleno conhecimento dos técnicos dos três Ministérios responsáveis pelo registro por equivalência, o mercado brasileiro seria beneficiado, a curto prazo, com produtos de qualidade garantida, aumentando ainda mais a competitividade com a provável redução dos custos de produção de nossas lavouras.

Agosto / 2005



Os embarques de carne bovina gerarão este ano aproximadamente US\$3 bilhões com a venda do produto para mais de 150 países, entre eles, os Estados Unidos, e também nações européias. O impasse da cadeia produtiva é chegar a um consenso quanto aos critérios usados para a fixação dos preços do produto no mercado nacional.

A pecuária enfrenta mudanças estruturais, em decorrência da globalização da economia. A política cambial de valorização do real e o aumento dos custos de produção são sérios riscos. O Brasil é hoje o segundo maior exportador de carne bovina do mundo, estando atrás apenas dos Estados Unidos, e exporta aproximadamente 20% da carne bovina produzida no País. As exportações se abriram com a ocorrência da doença da "vaca louca" na Europa.

O Instituto Nacional do Seguro Social mostra que a sonegação no setor é alta. Em 2004, foram abatidas 40 milhões de cabeças, com contribuição média de R\$20 por cabeça. O potencial de arrecadação, explicou, seria de R\$800 milhões, mas só entraram nos cofres públicos R\$100 milhões.

Os principais destinos das exportações de carne *in natura*, entre janeiro e julho, foram Rússia (US\$296 milhões); Egito (US\$159 milhões) e Reino Unido (US\$120 milhões). Os maiores compradores de carne industrializada brasileira nos primeiros sete meses de 2005 foram Estados Unidos (US\$85 milhões);

Reino Unido (US\$75 milhões) e Venezuela (US\$25 milhões).

Os preços médios de exportação estão estáveis. Dados referentes a julho indicam que o valor médio de negociação foi de US\$ 2.166 por tonelada em julho de 05; contra US\$ 2.204 por tonelada em julho do ano passado.

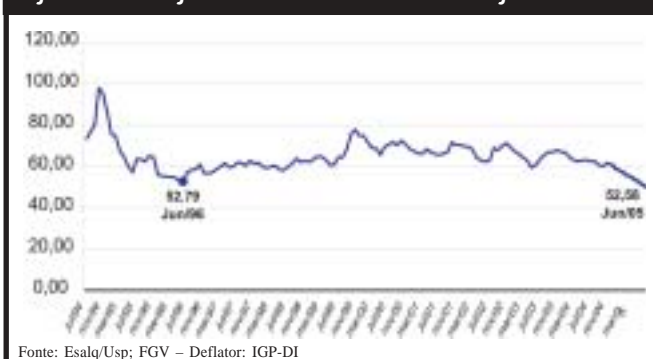
O cenário é de queda do preço recebido pelo boi gordo e de aumento dos custos de produção. Conforme estudo da CNA e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP), o valor pago pelo boi gordo caiu 11,7% no primeiro semestre; ao passo que, no mesmo período, os custos de produção subiram 5%.

A pecuária de corte sofre perda de renda desde o segundo semestre de 2003. Sem dinheiro para investir no rebanho e em sua propriedade, o criador de gado aumenta gradativamente o abate de matrizes, como última alternativa para obter dinheiro. Em 2000, a média de abate de fêmeas era de 26%. O índice caiu para 22,7% em 2001 e depois aumentou ano a ano; chegando a 24% em 2002; a 31%; em 2003; a 34%, em 2004; e beirando os 40%, no primeiro trimestre de 2005.

A partir de meados deste mês, sete frigoríficos voltaram a exportar carne bovina industrializada para os Estados Unidos. A suspensão havia sido decidida pelo MAPA, em maio passado, como medida preventiva para ajustes em alguns itens do acordo sanitário firmado entre os dois países. Um dos principais problemas apontados pelos técnicos do USDA foi o fato de muitos dos fiscais sanitários serem pagos pelos próprios frigoríficos, contrariamente às normas adotadas nos EUA, onde os fiscais são federais, pagos pelo governo.

A medida resulta da segunda visita feita por técnicos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em julho. Na primeira viagem ao Brasil, foram realizadas auditorias em outras seis plantas, que já foram autorizadas a retomar as vendas. Nesta segunda fase de visitas, apenas um frigorífico, o de Barretos (SP), não poderá vender

Preço da arroba do boi gordo - à vista, São Paulo (R\$/15kg) julho/1994 a junho/2005 - Valores reais de junho/2005



Fonte: Esalq/USP; FGV - Deflator: IGP-DI

Brasil: exportação de carne bovina

Período	Quantidade - mil toneladas	Valor - US\$ bilhão
Janeiro a julho de 2004	965	1.313
Janeiro a julho de 2005	1.299	1.752
Agosto/03 a julho/04	1.539	2.057
Agosto/04 a julho/05	2.188	2.896

Fonte: SECEX

carne industrializada para o mercado americano.

Em setembro (de 8 a 23), será realizada mais uma auditoria pelos EUA, com as visitas a mais 8 estabelecimentos. Ao todo, nas três visitas realizadas ao Brasil, serão inspecionados 22 frigoríficos. Dados do Mapa mostram que as vendas de carne de gado industrializada para os Estados Unidos renderam ao Brasil US\$197 milhões em 2004. ■

Ritmo intenso de esmagamento

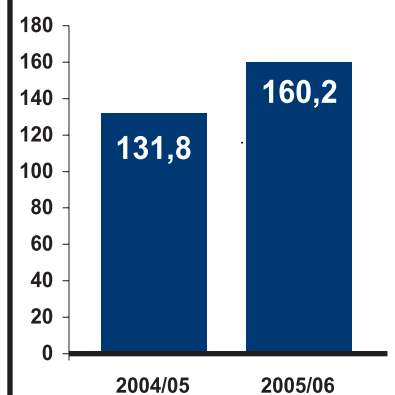
Para atender à demanda prevista por álcool e açúcar para os próximos oito a dez anos, o Brasil terá de aumentar muito a produção. As estimativas do MAPA partem de pelo menos mais 217 milhões de toneladas de cana, 52% a mais do que a produção atual, estimada em cerca de 409 milhões de toneladas para este ano. Já a Copersucar mostra que a produção de cana terá de crescer 40,5% até o ano-safra 2010/11, para 575 milhões de toneladas.

Será preciso montar uma estratégia para atender ao mercado. Os investimentos necessários para formar novas lavou-

ras e construir usinas estão entre R\$15 bilhões e R\$20 bilhões. Desse total, R\$7,5 bilhões são para o plantio de mais 3 milhões de hectares. Outros R\$8 bilhões a R\$10 bilhões serão destinados à construção de pelo menos mais 60 novas usinas de açúcar e destilarias. Não estão sendo contados os gastos com a aquisição de máquinas, caminhões para o transporte da matéria-prima e do produto final, além da construção de estradas, portos, armazéns, tanques etc.

Enquanto isso, a União da Agroindústria Açucareira de São Paulo pro-

Região centro-sul:
produção de cana
(milhões de toneladas)



Fonte: UNICA

jeta uma produção de 345 milhões de toneladas para a safra 2005/06. Até primeiro de agosto, a colheita estava adiantada em pelo menos quinze dias, quando comparada com a colheita passada. A antecipação da safra, que tradicionalmente começa a partir de maio, explica

Brasil pede fim de subsídios até a safra 2006/07

A Organização Mundial do Comércio (OMC) manteve em 28 de abril a reclamação feita por Brasil, Austrália e Tailândia de que os subsídios ao açúcar da UE causam distorções. Foi concedido prazo até meados de agosto para o bloco apresentar uma proposta destinada a eliminar cerca de US\$2,4 bilhões anuais em subsídios aos agricultores. As autoridades sugeriram em conversações preliminares o prazo de até o fim de 2006, ou o início de 2007, para cumprir a decisão da OMC e abandonar as exportações subsidiadas de 4,6 milhões de toneladas de açúcar.

O Brasil recorrerá à OMC para investigar se a UE realmente não procura prolongar essa situação. O real impacto das exportações de açúcar da UE no mercado não está

claro, mas representantes do setor açucareiro têm a expectativa de uma redução de 3,8 milhões de toneladas quando forem suspensos os subsídios. Um mercado adicional de mais de US\$1 bilhão por ano se abrirá para produtores competitivos, como os brasileiros.

Normalmente, a OMC dá um prazo "razoável", negociado entre as duas partes, e o perdedor deve implementar a decisão dos juízes. A UE precisa aprovar a reforma do regime do açúcar, prevista para entrar em vigor em julho de 2006. A beterraba da nova safra será colhida entre setembro e dezembro, e, se tiver de implementar rapidamente a decisão da OMC, inundará o mercado internacional de açúcar no ano, derrubando os preços.

Reforma do regime do açúcar proposta pela Comissão Europeia

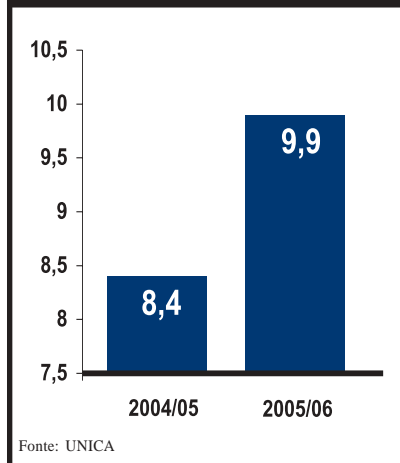
- Corte no preço do açúcar branco de 39% em dois anos, para 385 euros a tonelada;
- Corte no preço da beterraba de 42%, para 25,05 euros a tonelada;
 - Indústrias recebem 730 euros por tonelada para compensar o que deixarão de produzir;
- Corte da produção de açúcar será feito em bases voluntárias, durante quatro anos;
 - Corte linear da produção a partir do quinto ano.

O Brasil entende que a UE já tem os instrumentos legais para respeitar em curto prazo a decisão da OMC: limitar sua exportação subsidiada a 1,273 milhão de toneladas por ano, com apoio de 499,1 milhões de euros anuais.

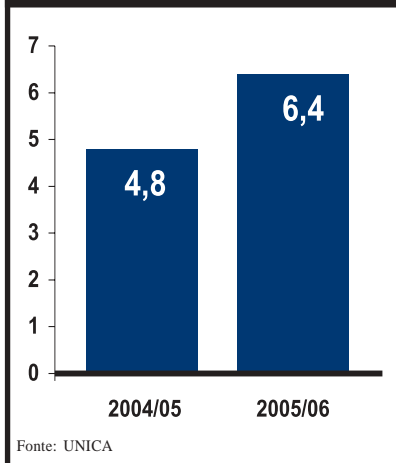
Pressionada pela vitória do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios ao açúcar, a União Europeia (UE) foi obrigada a avaliar um plano de reforma do sistema que existe desde a década de 50. O projeto de reforma inclui uma redução do preço mínimo pago a cada agricultor europeu. A proposta, porém, está sendo duramente atacada por agricultores e ativistas, além de afetar diretamente o valor das ações das principais companhias europeias de açúcar nas Bolsas de Valores.

A oposição é grande por parte de países como Espanha e Itália, entre outros com menos influência. Indústrias de açúcar de 11 países da União Europeia, inclusive da França e da Alemanha, receberão recurso extra como resultado da reforma do regime de açúcar europeu.

**Região centro-sul:
produção de açúcar
(milhões de toneladas)**



**Região centro-sul:
produção de álcool
(bilhões de litros)**



essa constatação. Sem as chuvas ocorridas em 2004, o ritmo dos trabalhos de retirada da cana do campo prossegue sem problemas.

Tanto o esmagamento da cana como a produção de cana e álcool estão com números acima dos do ano passado. Até

o momento, tudo leva a crer que a safra de cana terminará mais cedo na região Centro-Sul, provavelmente, no mês de novembro. A qualidade da matéria-prima supera a da safra passada, mas é inferior à de 2002/03 e 2003/04.

Sob o novo regime, apenas as unidades mais eficientes continuarão a produzir açúcar, enquanto as outras poderão optar por sair da atividade e vender sua quota de produção de volta para a União Européia, por um período de dois anos a contar de 1º de julho de 2006.

Até agora, França, Itália, Espanha, Polônia, Grécia, Portugal, Finlândia e Irlanda já se posicionaram francamente contrários à reforma, enquanto Letônia, Lituânia, Bélgica e Áustria fazem oposição moderada. Apenas Dinamarca, Suécia e Estônia estão satisfeitos com o plano.

As projeções apontam que apenas 8 dos 25 países da UE conseguiriam manter seu setor açucareiro intacto se tal reforma fosse aprovada. Os demais teriam sérias dificuldades para sobreviver, entre eles: Itália, Grécia e Portugal. O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas da Itália divulgou nota alertando que a reforma resultaria na perda de 75 mil postos de trabalho.

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, é de interesse dos próprios mem-

bro da UE reformar o setor para ser mais eficiente. A entidade alerta que outras disputas comerciais podem ser levadas à OMC se os países ricos não tomarem a iniciativa de reformar espontaneamente o setor agrícola.

Mas para os economistas, quem mais sofrerá com a proposta será o grupo de países mais pobres, que hoje conta com preferências para vender açúcar à UE. Esse grupo, constituído por países do Caribe e da África, não contará com os mesmos preços para vender seu açúcar.

A UE sugere a criação de um fundo com US\$48 milhões como compensação. Mas entidades como a Oxfam e mesmo os governos desses países apontam que o valor não será suficiente. A Oxfam, por exemplo, estipula que as nações afetadas precisarão de mais de US\$600 milhões para sobreviver às mudanças. A proposta será debatida pelos 25 países da EU, e a esperança de Bruxelas é de que seja aprovada até novembro, antes da reunião ministerial da OMC em Hong Kong.

LARANJA



Os Estados Unidos anunciaram no dia 17 de agosto último a imposição de sobretaxas de até 60% para a importação de suco de laranja do Brasil. A decisão atende à reclamação de produtores da Flórida. Segundo eles, os exportadores brasileiros, como a Cutrale e a Fischer, estariam vendendo suco de laranja abaixo do valor de mercado. Ou seja, praticando *dumping*.

O Departamento de Comércio dos EUA determinou, em decisão preliminar, uma tarifa de 60% sobre o preço do suco vendido pela Montecitrus, de 31% sobre as vendas da Fischer, de 25% para a Cutrale e de 27% para todas as outras exportadoras brasileiras. Segundo o Departamento de Comércio, as exportações brasileiras cresceram 12% no período de 12 meses encerrados em abril.

A solicitação para que fossem impostas sobretaxas ao suco brasileiro foi apresentada em 27 de dezembro de 2004 pela Florida Citrus Mutual. A associação reúne cerca de 11 mil produtores de laranja dos EUA, além de empresas processadoras de suco.

Produção acelerada



O Brasil é hoje um dos países que apresenta maior crescimento da produção orgânica. Por ano, o aumento varia entre 30% e 50%. O interesse dos produtores nacionais pelo setor se justifica: o ganho médio de quem opta por este tipo de cultivo é 25% maior do que o obtido pelos produtores convencionais. Tendo em vista essas vantagens e a demanda proveniente do mercado externo, a APEX-Brasil (Agência de Promoção de Exportações e Investimentos) e o IPD (Instituto Paraná de Desenvolvimento), em parceria com o Sistema Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), assinaram acordo que irá repassar ao setor R\$1,8 milhão.

Os recursos serão investidos em ações de promoção comercial com foco nos seguintes países: Alemanha, Inglaterra, Itália, França, Suíça, Canadá, Estados Unidos e Japão. Entre as ações previstas no projeto, está a criação do selo Brasil Orgânico, que garantirá a qualidade dos produtos exportados.

Participam do projeto 12 empresas paranaenses de micro, pequeno e médio porte, dedicadas à produção orgânica e à industrialização de produtos como cana, cachaça, açúcar mascavo, soja, frutas, hortaliças, mandioca, milho, arroz, café, erva-mate, feijão, granolas, geléias, sucos e óleos. A meta é incluir outras 38 empresas do Paraná e de outros Estados, até

Conceito e definição

- Alimento orgânico: produto de um sistema de produção que maneja de forma equilibrada os recursos naturais, tais como água, solo, vegetais, animais etc., com o objetivo de conservá-los e mantê-los em harmonia, em longo prazo.

Exige profundos conhecimentos de agronomia, ecologia, sociologia e economia, dentre outros. É um trabalho integrado com a natureza, para promover a saúde do consumidor e a sustentabilidade da vida no Planeta.

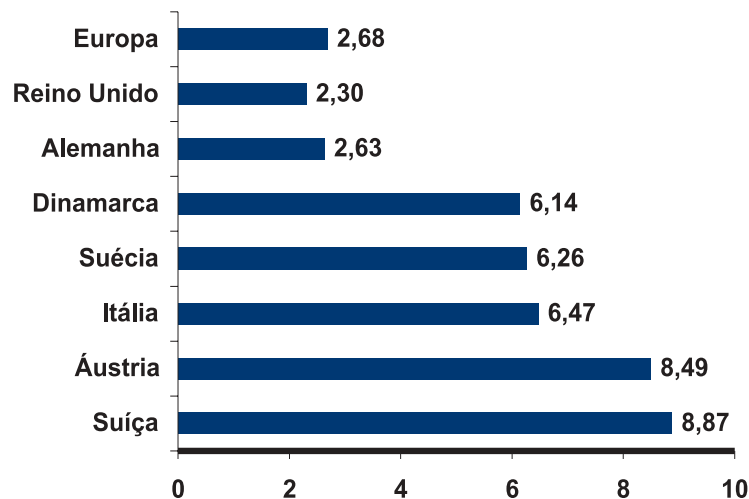
- Cultivo orgânico: desenvolve rotações de culturas saudáveis, em solos saudáveis e férteis. Busca-se o equilíbrio biológico da fazenda. Uma ampla variedade de insetos úteis e outros organismos agem como predadores naturais de pragas.

A vitalidade do solo é mantida pela atividade plena de microorganismos.

Agentes de controle biológico são empregados como medidas para evitar culturas danosas.

- Criação orgânica de animais: enfatiza o bem-estar animal, com métodos de manejo e tratamento de baixo impacto ambiental.

Área plantada: participação % de orgânicos no total



Fonte: Agra Europe - 2002

o final do projeto. As exportações do setor deverão atingir US\$6 milhões, em decorrência das ações, 13% a mais que os números atuais. Cerca de 180 novos postos diretos de trabalho e 1.200 indiretos deverão ser gerados.

O projeto visa, inicialmente, preparar os produtores orgânicos do Paraná para se inserirem no mercado externo de maneira sustentável, com produtos de maior valor agregado. Paralelamente, o projeto irá incluir produtores de outros estados já certificados internacionalmente e, com base nas ações desenvolvidas e nos resultados obtidos no Estado do Paraná, deverá ser replicado para os outros estados produtores, para que a produção nacional de produtos orgânicos seja direcionada para a exportação. Para marcar este posicionamento, o projeto prevê o desenvolvimento de uma marca própria dos orgânicos do Brasil – a Organic Brazil –, que identifique a origem do produto no exterior. Em uma segunda fase, o projeto deverá aumentar sua abrangência e se estender para o setor em todo o País.

O planejamento para esta fase inclui a prospecção de mercados, a mobilização e a disseminação dos assuntos relacionados ao setor. Entre as ações, estão a realiza-

ção de pesquisas de mercado, seminários e treinamentos; participação em exposições, eventos internacionais e rodadas de negócios no exterior e no Brasil; além de divulgação e desenvolvimento de material promocional e publicitário para divulgar o setor.

O consumo de produtos orgânicos tem contabilizado cada vez mais adeptos pelo mundo todo. Hoje, mais de 120 países produzem alimentos orgânicos, com destaque para Austrália, Estados Unidos, Alemanha e Argentina, gerando um movimento mundial estimado em US\$26,5 bilhões. O Paraná é o principal estado produtor e o que mais cresce em termos de produção: mais de 1000% nas últimas seis safras de produtos como hortaliças, soja, açúcar mascavo e erva-mate.

A comercialização de orgânicos no Brasil é estimada em US\$ 140 milhões, dos quais, cerca de 80 se destinam ao abastecimento do mercado externo. O País exporta principalmente para Alemanha, Estados Unidos e Japão, cuja cultura local já incorpora o consumo de orgânicos. ■

ONDE SABER MAIS: Escritório Regional SEBRAE, Vale do Ribeira, tel.: (13) 6821-7111.

Certificação valoriza produtos do Vale do Ribeira

Dez produtores da Associação dos Produtores Orgânicos do Vale do Ribeira (Aovale), em São Paulo, já têm selo de certificação de sua produção. Eles atenderam às normas e exigências do processo de certificação, iniciado em outubro de 2003 e concluído em abril deste ano, dentro do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica do Vale do Ribeira. O programa é desenvolvido pelo Sebrae em São Paulo, por meio do Programa Sistema Agroindustrial Integrado (SAI/Sebrae-SP/CATI/Cativar) e Desenvolvimento Local, em parceria com a Certificadora OIA-Brasil e Orgânico Consultores & Associados.

Dos 32 produtores que participam do programa, 22 estão na fase de conversão da agricultura convencional para o cultivo orgânico, devendo receber o selo da OIA Brasil nos próximos meses. Estão cadastrados produtores dos municípios de Registro, Miracatu, Juquiá, Iguape, Sete Barras, Pariquera-Açu, Jacupiranga, Cajati, Eldorado e Iporanga, com destaque para a produção de verduras, legumes, frutas (banana e laranja), pupunha, tubérculos e cachaça.

O Vale do Ribeira foi a primeira região do Estado a receber o projeto de certificação orgânica em grupo, por meio do programa SAI do Sebrae, em São Paulo. Além de capacitar e orientar os produtores quanto ao processo de obtenção da certificação orgânica, o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica também disponibilizou consultoria na área da produção e comercialização.



Quanto custa produzir

ALCIDES DE MOURA TORRES JR.⁽¹⁾CRISTIANE DE PAULA TURCO⁽²⁾ e MARCOS BRANDÃO BARLETTA⁽³⁾

Em menos de uma década, o Brasil conquistou o sétimo lugar no *ranking* mundial de produção de mel. Hoje, está atrás da China, dos Estados Unidos, da Argentina, Turquia, do México e da Ucrânia. Cerca de 300 mil a 400 mil apicultores cultivam mel no Brasil. Em cinco anos, de 2000 a 2004, a produção brasileira de mel praticamente dobrou.

Além da boa qualidade do mel brasileiro, o crescimento da produção aconteceu graças ao impedimento das exportações da China, maior produtora mundial de mel, ocorrido em 2001, em função da presença de antibióticos em sua produção. O Brasil aproveitou a oportunidade e conquistou novos mercados.

Quando a China voltou ao mercado, a exportar, derrubando os preços, muitas empresas brasileiras não agüentaram. Atualmente, são poucas as que exportam mel, tais como a Mel Wenzel, Apidouro, Apis Nativa, A Realeira e Cearapi.

EM BAIXA

Este ano, porém, o preço do mel está em baixa. Segundo a Secex, comparado a 2004, o preço do mel comercializado no mercado externo está 32,8% mais baixo. Caiu de US\$2,01 para US\$1,35/quilo. É o valor mais baixo, nos últimos quatro anos.

No Brasil, o consumo de mel está muito ligado à medicina popular, pois é considerado um medicamento, e não um alimento. Seu consumo é

maior em épocas frias, quando aumentam os problemas de saúde relacionados à respiração.

O consumo *per capita* no País é muito baixo, de cerca de 60 gramas. Quanto mais desenvolvido o país, maior o consumo de mel, que pode alcançar 1,3 kg *per capita* nos países do hemisfério Norte. Na verdade, no Brasil, o mel é mais utilizado como insumo na fabricação de iogurtes, bolachas, na agroindústria de cigarros etc.

Poucas pessoas conhecem seus valores nutritivos. Em termos comparativos, 1 quilo de mel equivale, por exemplo, a 5,6 kg de leite, 1,68 kg de carne bovina, 5,4 kg de maçãs, 1,2 kg de pão ou 50 ovos, considerando que 1kg de mel tenha 3.395 kcal.

Existem muitos tipos de mel, de acordo com a origem da flor (de eucalipto, de laranja etc.), da densidade (virgem, cristalino etc.), e de acordo com o processamento (líquido, granulado, cremoso etc.). E o mel não é o único produto resultante da apicultura. Comercializa-se também a cera, o própolis, a geléia real e até mesmo o veneno da abelha.

COMO PRODUZIR

Para ingressar na atividade profissionalmente, são necessárias pelo menos 400 colméias,

Brasil: produção de mel em 2003

Grandes regiões e Unidades da Federação	Produção de mel	
	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
Brasil	30 022 404	161 673 794
Norte	509 863	3 231 460
Rondônia	194 057	1 356 560
Acre	4 483	55 690
Amazonas	1 018	6 108
Roraima	70 000	212 100
Pará	149 385	936 227
Amapá	-	-
Tocantins	90 920	664 775
Nordeste	7 967 658	36 771 085
Maranhão	285 863	1 318 145
Piauí	3 146 358	13 460 912
Ceará	1 895 918	7 440 940
Rio Grande do Norte	372 791	1 968 152
Paraíba	58 643	504 982
Pernambuco	653 418	3 660 898
Alagoas	85 696	382 130
Sergipe	50 343	309 783
Bahia	1 418 628	7 725 144
Sudeste	5 335 856	36 537 024
Minas Gerais	2 194 385	13 247 260
Espírito Santo	312 455	2 019 023
Rio de Janeiro	374 715	3 839 934
São Paulo	2 454 301	17 430 808
Sul	15 357 099	78 560 104
Paraná	4 068 191	18 657 574
Santa Catarina	4 511 043	22 539 950
Rio Grande do Sul	6 777 865	37 362 580
Centro-Oeste	851 928	6 574 121
Mato Grosso do Sul	407 471	2 551 472
Mato Grosso	241 112	1 985 867
Goiás	178 845	1 742 782
Distrito Federal	24 500	294 000

Fonte: IBGE

Custo de produção do mel	
Componentes de custos	R\$
Custos fixos totais	14.490,00
Depreciações da colméia	4.800,00
Depreciação - benfeitorias	1.900,00
Depreciação - automóvel	5.940,00
Depreciação - ferramentas e outros	1.850,00
Custos Variáveis Totais	52.580,00
Custos Variáveis Indiretos	16.800,00
Funcionários	15.500,00
Administração	1.300,00
Custos Variáveis Diretos	35.780,00
Combustíveis	18.630,00
Insumos agrícolas	8.400,00
Manutenções	5.000,00
Impostos e taxas	3.750,00
Custo operacional total *1	67.070,00
Remuneração de capital (oportunidade) *2	10.950,00
Custo econômico *3	78.020,00

Fonte: Scot Consultoria, com base em Oliveira

*1 O custo operacional é a soma dos custos variáveis totais e dos custos fixos totais.
 *2 Aplicação da taxa de 6% ao ano sobre o valor da terra e o valor total dos bens depreciáveis imobilizados na atividade (máquinas, tratores, edificações, vacas, forragens, equipamentos, benfeitorias etc).
 *3 O custo econômico ou custo total é a soma do custo operacional e do custo de oportunidade do uso do capital.
 Produtividade: 75 kg de mel por colméia; apiário com 400 colméias.

Preço médio do mel exportado pelo Brasil	
Ano	Preço em US\$/quilo
2001	1,13
2002	1,83
2003	2,36
2004	2,01
2005	1,35

Fonte: SECEX

Preço médio pago ao produtor pela empresa		
Ano	R\$ lata de 25 kg	R\$/kg
2002	150,00	6,00
2003	200,00	8,00
2004	125,00	5,00
2005	50,00	2,00

Fonte: Scot Consultoria

Principais municípios produtores de mel no Brasil, em 2003		
Município	Unidade da Federação	Quantidade/t
Içara	Santa Catarina	600
Picos	Piauí	509
Limoeiro do Norte	Ceará	450
Dom Pedito	Rio Grande do Sul	350
Ortigueira	Paraná	304
São João do Triunfo	Paraná	280
Santana do Livramento	Rio Grande do Sul	280
Prudentópolis	Paraná	270
Cambará do Sul	Rio Grande do Sul	252
Ribeira do Pombal	Bahia	240

Fonte: IBGE

além de uma centrífuga inox motorizada, mesa desoperculadora, decantador, caminhonete e um barracão. Isso equivale à cerca de R\$182,5 mil. Perto de outras atividades agrícolas, o valor inicial é extremamente baixo.

Uma colméia já produz mel no primeiro ano. A longevidade da colméia é de aproximadamente 10 anos. Como em qualquer outra atividade de agronegócio, a assistência técnica tem importância, auxiliando na adoção de boas práticas na fabricação e na manipulação do mel. Atualmente, o mercado não está favorável ao produtor. Os preços estão em baixa.

Uma das principais empresas exportadoras de mel, que em 2004 pa-

Rentabilidade (R\$)	
Custo operacional total	67.070
Produção*	30.000
Custo Kg	2,24
Preço em 2005	2,00

* 400 colméias x 75 kg

gava em média R\$125,00/lata de 25 kg de mel, hoje, oferta R\$50,00/lata. Uma queda de 60%. Em 2003, auge de preço no Brasil, essa mesma empresa pagava em média R\$200,00/lata.

O atual preço do mel não cobre os custos de produção. Para o consumidor, o quilo do mel chega entre R\$8,00 e R\$10,00.

No Brasil, a produtividade dos apiários é considerada baixa, em tor-

no de 25 kg/colméia/ano. Produtores eficientes chegam a produzir 80 a 90 kg/colméia/ ano.

ALTERNATIVA

A produção de mel é uma alternativa para os pequenos produtores, com pouco espaço físico para desenvolver uma atividade em escala, e, atualmente, vive momentos difíceis, com crise de preços; aliás, como vários outros setores do agronegócio.

A apicultura é uma atividade nômade, em que o apicultor precisa estar mudando as colméias de lugar com certa regularidade, em busca das floradas. Pode ser uma alternativa de exploração agrícola tanto para pequenos como para médios agricultores, se adequando perfeitamente a grupos familiares.

Existe um mercado interno promissor e ainda pouco explorado, e um mercado externo que também deve ser conquistado, não só pelo preço, mas pela qualidade e sanidade do produto nacional. ■

(1) Engenheiro agrônomo

(2) Médica veterinária

(3) Zootecnista

Os autores são consultores da Scot Consultoria – Tel. (17) 3343- 5111
 scotconsultoria@scotconsultoria.com.br

As africanizadas são as abelhas mais resistentes

O mel é um produto agrícola de grande valor nutritivo, com propriedades medicinais, produzido durante todo o ano e em todo o País. A apicultura consiste na criação de abelhas para, a partir do néctar das flores, produzir mel e outros produtos, como geléia real, própolis e cera. É uma alternativa de investimento relativamente baixo e de boa liquidez.

A espécie mais comum, criada no mundo inteiro, é a *Apis mellifera*. No Brasil, são encontradas as subespécies *Apis mellifera ligustica* (européia), *Apis mellifera mellifera* (européia), *Apis mellifera escutellata* (africana), e as híbridas (européias x africanas), que são as africanizadas.

As abelhas africanizadas foram introduzidas no Brasil na década de 50 e são mais resistentes às doenças do que as abelhas européias, e, dessa forma, não necessitam de antibióticos. Garantem assim, produtos de qualidade, livres de produtos químicos.

Conheça o Protocolo de Cartagena sobre biossegurança

1. O que é a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)?

Entrou em vigor em 1993 e conta com a participação de 188 Estados. De forma abrangente, visa à conservação da biodiversidade, ao uso sustentável de seus componentes e à repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos dos recursos genéticos.

2. O que são os organismos vivos modificados (OVMs)?

São organismos vivos que possuem uma combinação genética obtida por meio da biotecnologia e que podem se reproduzir (não envolvem, dessa forma, produtos processados).

3. No que consiste o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança?

Faz parte do contexto da CDB. Entrou em vigor no dia 11 de setembro de 2003 e tem 119 Estados-parte. Sua implementação está em curso e ocorre por meio das chamadas COP-MOP, reuniões entre os Estados-parte, com o objetivo de analisar pontos específicos do Protocolo, tais como a identificação de OVMs, verificação de risco e responsabilidades.

4. Quais são os objetivos e as exigências do Protocolo?

Cuidar da liberação de organismos vivos modificados (OVMs) na natureza, tendo em vista possíveis riscos à conservação da biodiversidade, à saúde humana e à movimentação de OVMs entre as fronteiras, como no caso do comércio internacional de grãos.

Exigir rotulagem da carga com informações para identificar que "pode conter OVMs", indicar que os OVMs não se destinam à liberação intencional no meio ambiente e representar um ponto de contato com informações sobre o produto.

5. Como será a identificação?

Falta consenso quanto ao formato e as informações do documento. Também não foram definidos como serão os testes para verificar os tipos e as respectivas quantidades de OVMs; os critérios de amostragem para coleta e testes, o limite de tolerância de OVMs, entre outros.

6. Qual será o custo desses testes?

O International Food & Agricultural Trade Policy Council fez uma estimativa dos custos anuais dos testes previstos pelo Protocolo sobre exportações de milho dos EUA e da Argenti-

Brasil no fogo cruzado

Durante reunião entre as partes do Protocolo de Biossegurança, realizada no Canadá entre 30 de maio e 3 de junho de 2005, os pontos iniciais deveriam enfocar:

1. O formato do documento (*commercial invoice* ou outro específico);
2. A linguagem a ser utilizada ("contém" ou "pode conter OVMs");
3. A necessidade de identificar cada evento OVM, os nomes comuns e científicos correspondentes;
4. A utilização de um código para cada tipo de OVM;
5. A possibilidade de trabalhar com limites de OVMs (presença inesperada);
6. A harmonização dos métodos de teste.

Apresentada pela delegação suíça, a proposta em discussão era considerada um meio-termo entre o desejo dos ambientalistas e dos comerciantes, ao estipular que os países vendedores identificassem as características dos grãos transgênicos, quando conhecidas. A delegação brasileira rejeitou a proposta que estabelecia re-

gras para a identificação de grãos transgênicos negociados no mercado internacional.

Entre quase 80 países signatários, apenas a Nova Zelândia adotou postura semelhante. Sem consenso, a rotulagem de grãos transgênicos continua sem regra e o ônus de identificar os produtos fica a cargo dos importadores. Um comércio de transgênicos sem regras interessa aos EUA, ao Canadá e à Austrália. Ao se unir a esse grupo, o Brasil deu as costas para velhos aliados no G7, que se sentiram desconfortáveis com o voto do governo brasileiro.

Se a origem do produto fosse incerta, vigoraria a rotulagem "pode conter transgênicos". Em ambos os casos, a identificação caberia aos exportadores, e não aos importadores. O Brasil rejeitou a proposta, sob o argumento de que a adoção da medida tiraria competitividade às exportações. Certamente, seria o primeiro passo para a imposição de novas exigências, tais como informações sobre as proporções e variedades transgênicas em cada lote.

No Brasil, pela Lei de Biossegurança nº 11.105, de março de 2005, grande parte dos riscos com

Recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS)

na, em cargas de 25 mil toneladas e amostras de 2,3 kg. Outra pesquisa realizada pela FAO, na Argentina, em cooperação com o governo local, analisou que os custos para segregar 1 milhão de toneladas de soja ou milho, com 0,9% de limite de OVMs, seria de aproximadamente US\$40 milhões. Adotando-se um limite de 5% de conteúdo de OVMs, os custos cairiam para US\$10,2 milhões para a soja, e US\$ 7,4 milhões, para o milho. Há ainda os chamados custos de conformidade, relativos à formação, manutenção e atualização de arquivos (resultados dos testes) e comunicação com os importadores. Nos casos de atrasos das cargas nos portos de entrada, se os testes forem refeitos nestes portos, sobrevirão custos de permanência da carga no navio, taxas portuárias e multas (*demurrage costs*).

7. Como será a análise de risco?

Deve ser feita com base em evidências científicas e considerar as informações repassadas pelos exportadores na notificação realizada antes do embarque do produto.

8. Como funciona o mecanismo de responsabilização?

Compensação por danos causados pelo movimento dos OVMs entre as fronteiras. Junto com a identificação, o tema envolve discussões sobre a definição e amplitude do dano à biodiversidade ou à saúde humana, e a sua reparação. ■

transgênicos são controlados no processo de sua criação. Uma antecipação racional para evitar o custo depois do lançamento de cultivares OGMs. É o princípio da precaução inserido na legislação. Segundo esse raciocínio, há uma coerência na posição externa brasileira.

Com o Protocolo de Cartagena, os países importadores poderão restringir o comércio de alguns produtos, caso sejam considerados de risco para a saúde humana e o meio ambiente. É o direito de impor barreiras técnicas ao comércio, sem condição de questionamento pelo país exportador na Organização Mundial do Comércio (OMC).

A metade dos oito principais produtos do comércio agrícola mundial é produzida, parcial ou quase integralmente, com variedades transgênicas pelos sete principais exportadores. Por isso, Argentina, Austrália, Canadá e EUA não assinaram o Protocolo de Cartagena. Há tempo para melhorar a massa crítica sobre este polêmico assunto, até o próximo encontro, previsto para março de 2006, em Curitiba, no Brasil.

1. Segurança – Os alimentos geneticamente modificados disponíveis atualmente no mercado são seguros, sem representar um risco a mais que não houvesse em alimentos convencionais para a saúde dos consumidores. Isto não significa que os efeitos em longo prazo sejam desprezíveis. É necessário reforçar o controle sobre os novos produtos.

Segundo o diretor de Segurança Alimentar da OMS, Jorgen Schlundt, os transgênicos foram submetidos a testes mais rigorosos do que os aplicados a alimentos normais. "O problema é a falta de capacidade de muitos países em desenvolvimento para realizar um acompanhamento rigoroso dos efeitos desses alimentos. Os governos devem garantir a segurança dos alimentos e, para isso, precisam destinar mais recursos aos sistemas de vigilância", disse.

2. Longo prazo – Um dos riscos admitidos pela OMS é quanto aos efeitos dos transgênicos, em longo prazo, diante da introdução de novos elementos na cadeia alimentar. Um dos exemplos é o da castanha de caju, que recebeu a introdução de material alérgico. O produto nunca chegou ao mercado. O alerta da OMS também se refere ao impacto sobre meio ambiente e a hábitos de agricultores em certas regiões.

A OMC também afirma que os benefícios das sementes transgênicas são vários:

- Melhoria da qualidade dos alimentos;
- Redução do uso de produtos químicos nas plantações;
- Mais possibilidades aos países pobres de garantirem alimentos à população.

3. Patentes – A Organização das Nações Unidas (ONU) não tem posição única, já que seu relator especial para o Direitos à Alimentação, Jean Ziegler, afirma que seria uma forma de os países ricos, fornecedores das sementes, passarem a controlar a agricultura dos mais pobres.

A OMS admite que o processo para patentear a novidade em uma semente pode custar até US\$ 1 milhão. Nos países em desenvolvimento, esse valor é um obstáculo para o avanço dos institutos públicos de pesquisa. Um dos temores é de que haja um monopólio dessas novas sementes por parte dos países ricos.

Desde a introdução da nova tecnologia, nos anos 1990, os produtos já comercializados incluem soja, canola, milho e algodão. Países como o Brasil têm realizado pesquisas sobre mamão, batata e feijão. Já outros países têm informado sobre avanços na produção de arroz, açúcar de beterraba e tomate. Por enquanto, apenas 4% das terras aráveis do mundo contam com sementes transgênicas. Sete milhões de agricultores usam essa tecnologia em 18 países, sendo o Brasil o terceiro maior entre eles, atrás da Argentina e dos Estados Unidos.



Definida pelo governo federal como prioridade no Programa Nacional de Biodiesel, por seu potencial de expansão e sua capacidade de geração de empregos, a mamona começa a ser avaliada em relação a outras matérias-primas, como girassol e soja, no que diz respeito à sua competitividade. O próprio governo decidiu restringir geograficamente a importância da mamona para o programa do biodiesel.

Na revisão do projeto, em dezembro de 2004, o governo já incentivou a regionalização do mercado de biodiesel: a produção da mamona concentrada no Nordeste; a de óleo de palma, no Norte, e a de soja, no Centro-Sul.

O investimento na produção de biodiesel deverá chegar aos US\$ 515 milhões em 2008, quando deverão estar em produção cerca de 800 milhões de litros do combustível. Em 2013, a cifra deve aumentar

para US\$1,5 bilhão, com 2 bilhões de litros no mercado nacional. A estimativa é da área de acompanhamento de Políticas Governamentais do Ministério da Casa Civil.

O biodiesel permitirá a redução da importação do diesel. O Brasil consome por ano 37 bilhões de litros de diesel, dos quais, seis bilhões de litros são importados, ao custo anual de US\$1,2 bilhão. Vai também fomentar a criação de empregos no meio rural e desenvolver a indústria nacional de pesquisa e equipamentos. A mistura de 2% de óleo vegetal ao diesel deve gerar um mercado anual de 800 milhões de litros de biodiesel. Para manter essa indústria, será preciso mobilizar investimentos da ordem de US\$40 milhões, que podem chegar a US\$100 milhões em pouco tempo.

MISTURA

A expansão do plantio da mamona dependerá de políticas econômicas capazes de atrair in-

vestimentos e tornar viável a produção da oleaginosa até 2008, quando a mistura de biodiesel no diesel passará a ser obrigatória no País. Pelos cálculos do governo, a mistura de 2% no diesel, que será obrigatória entre 2008 e 2012, demandará a produção de 1 bilhão de litros de biodiesel por ano. A partir de 2013, o índice de mistura crescerá para 5%, com uma oferta de 2,4 bilhões de litros por ano.

Estudo do Centro Brasileiro de

Infra-Estrutura (CBIE) apontou que, para atender à demanda de biodiesel do Nordeste (estimada em 300 milhões de litros por ano), o plantio de mamona precisa crescer 180% até 2008, enquanto a produção de soja terá que aumentar 5% no período para atender à demanda do Centro-Sul. Além da necessidade de expandir o plantio, é preciso avaliar que o custo do biodiesel de mamona é 50% mais caro que o diesel, enquanto o de soja é 10% mais caro.

SETE CULTURAS

A Conab já avalia a competitividade de outras sete culturas para o biodiesel: algodão, amendoim, canola, milho, nabo forrageiro, palma e soja. Segundo estimativa da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), o preço do biodiesel de soja seria, hoje, de R\$1,31 por litro.

Outro fator negativo para a competitividade da mamona é a falta de uso para torta (farelo que sobra do esmagamento e que corresponde a 60% da oleaginosa). Devido à questão da toxidez, a torta não pode ser usada em ração animal, como ocorre com o farelo de soja. A Petrobrás está investindo cerca de R\$5 milhões em pesquisas para descobrir novos usos para a torta de mamona, visando elevar a lucratividade do negócio.

Mais um entrave é a escassez de mamona e a concorrência da indústria farmacêutica, que paga em torno de R\$1 mil por tonelada de óleo de mamona, perante os R\$ 256, no caso do óleo de soja, segundo a Conab.

Apesar de o governo analisar a mamona como projeto de inclusão social, quando a mistura do biodiesel for obrigatória, as diferenças de custo serão relevantes e o biodiesel de soja levará vantagem no mercado.

Os produtores da Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural do Seridó (Cersel), do Rio Grande do Norte, tinham firmado

Fases de implementação do biodiesel no Brasil	
1. Criação de um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade do combustível para o País;	
2. Definir as medidas legais e regulatórias para permitir o uso. Duas medidas provisórias foram para o Congresso Nacional; uma já foi transformada em lei (11.097), que introduz o biodiesel na matriz energética nacional, e a segunda estabelece o modelo tributário para toda a cadeia produtiva;	
3. Promover os ajustes necessários.	

Custo do litro do biodiesel	
Mamona	R\$ 1,4623
Girassol	R\$ 1,3537
Diesel comum	R\$ 1,03

Fonte: Conab

convênio com a Petrobrás para entregar a produção de 3.000 hectares. No entanto, houve quebra do acordo, com a oferta de 1.500 toneladas para empresas da Bahia, que ofereciam preços mais vantajosos à vista.

Conforme dados da Conab, a produção de mamona na safra 2004/05 cresceu 50,7%, para 161,7 mil toneladas. No Nordeste, o aumento foi de 47,5%, para 154,1 mil toneladas. O programa do governo já envolve 100 mil famílias assentadas, e a meta é atrair mais 200 mil famílias até 2008, com o plantio de 400 mil hectares. Os produtores de mamona terão de negociar a produção internamente, pois o combustível de mamona não se classifica nas especificações internacionais de biodiesel.

No caso da palma, a Agropalma responde por 75% da produção de dendê. O excedente de seu consumo será, a partir de julho, vendido à BR e há previsão de negócios para exportações à Europa.

A Petrobrás estuda a adoção de matérias-primas como algodão e soja, e negocia parcerias para impulsionar a produção de mamona. A companhia testa uma fábrica de biodiesel de mamona em Guamaré (RN), que absorve R\$14 milhões e produz 400 litros por dia, volume que passará a 7,2 mil litros em julho. A estatal também assinou protocolo com o governo mineiro para avaliar a implantação de uma unidade no Vale do Jequitinhonha.

LINHA DO PRONAF

O governo federal avalia um novo pacote de incentivos para estimular a produção da mamona. Hoje, a empresa, que produz biodiesel a partir da mamona do Nordeste, recebe benefício fiscal de R\$218 por 1 milhão de litros. Se for produção de outras regiões, o benefício é de R\$152,60 por 1 milhão de litros. O Ministério também lançou este mês uma linha do Pronaf de R\$100 milhões para incentivar 38 mil famílias a planta-

Os novos empreendimentos

Brasil Ecodiesel: implantação de uma unidade em Teresina (PI), com capacidade para 730 mil litros por ano;

Dagris (francesa): implantação de uma unidade em Luís Eduardo Magalhães (BA) para 13 milhões de litros por ano de biodiesel de mamona e algodão;

Cooperativas: as gaúchas Coasa, Cotrimaio e Copercana submeteram ao BNDES projeto para uma unidade de 9 milhões de litros por ano de biodiesel de soja;

Granol: implantação de uma unidade de biodiesel de soja a partir de 2006.

rem mamona no Nordeste. O programa já atende a 17 mil famílias que plantam, além da mamona, palma, girassol e soja.

Enquanto o plantio de mamona e palma para a produção de combustível avança no País, empresas que já produzem biodiesel enfrentam dificuldades para vendê-lo no mercado interno. A mistura no diesel ainda não é obrigatória e seu custo é mais alto que o do diesel. Dos seis grupos que investem hoje na atividade, somente Petrobrás, Agropalma e Biobrás têm acordo para vender biodiesel à BR Distri-

buidora e à Ale Combustíveis.

O Grupo Gestor do Biodiesel, que reúne cinco ministérios, diz que o governo estuda uma estratégia para abrir o mercado do biodiesel. O problema é definir o preço a ser pago pelas distribuidoras. O valor

não pode ser nem igual ao diesel (em torno de R\$1,03 por litro nas distribuidoras) nem igual ao que a Europa paga pelo biocombustível (R\$4 por litro).

Segundo dados do governo, cinco grupos com plantas insta-

ladadas possuem capacidade para produzir 406 milhões de litros por ano de biodiesel. Para 2005, está prevista produção de 100 milhões de litros; para 2008, 1 bilhão de litros. Há outros projetos na fila. ■

Cresce a produção na Europa

A produção de biodiesel na União Européia (UE) aumentou 35% em 2004, para 1,85 milhão de toneladas, em comparação com 1,45 milhão de toneladas produzidas em 2003, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), que se baseia em dados da Câmara Européia de Biodiesel.

A capacidade de produção atual é de 2,2 bilhões de toneladas ao ano. Os principais adeptos são Alemanha, França e Itália. O incentivo ao combustível renovável vai surtir pelo menos três bons efeitos. O primeiro é o estímulo à agricultura nacional, que vai ter de ampliar a produção para abastecer a demanda. O segundo efeito é ambiental, já que o biodiesel é menos poluente que os demais derivados do petróleo.

Até 2006, a produção deverá superar 4 milhões de toneladas, de acordo com dados da federação européia da indústria de óleos (Fediol), relatados pelo USDA.

Cerca de 80% do biodiesel europeu é feito de óleo de canola. Um terço da produção dessa oleaginosa foi destinada em 2004 para a produção do combustível. A Comissão Européia, braço executivo da UE, estuda um programa de estímulo fiscal para a produção de biodiesel. A comissária Mariann Fischer Boel considera que a taxação deste combustível tem de ser diferente da adotada para o gás e o petróleo, para que seu preço seja mais competitivo.

Brasil dá o exemplo ao plantar seu combustível

O programa do biodiesel, assim como o renascimento do álcool – consequência do sucesso dos carros flex e do crescimento das exportações brasileiras de etanol –, é estratégico para o Brasil. E merecia um espaço bem maior, por parte da imprensa brasileira.

As grandes companhias petrolíferas já alertam para o fim dos combustíveis fósseis. Recentemente, o *Financial Times* destacou uma mensagem publicitária da Chevron, segunda maior empresa de energia dos EUA: “Uma coisa é clara: a era do petróleo fácil é coisa do passado. Conclamamos os cientistas e educadores, políticos e autoridades, ambientalistas, líderes setoriais e cada um de vocês a tomar parte da formulação da nova era da energia. Não podemos ficar inativos”.

Nessa área, o Brasil não está inativo. Pelo contrário, estamos à frente dos EUA, como mostra um artigo de autoria de Thomas L. Friedman, publicado no *The New York Times*.

Friedman criticou a lei de energia dos EUA, que, segundo ele, não é séria. “Ela não afeta realmente as companhias de automóveis, que usaram a maioria dos avanços tecnológicos das últimas duas décadas para fazer carros maiores e mais rápidos, em vez de mais eficientes em consumo”, disse o jornalista americano.

Também nessa área o Brasil é mais eficiente. Desenvolveu o carro bicomcombustível, que funciona com álcool ou gasolina. Também chamado de “flex-fuel”, este veículo ressuscitou o mercado de álcool combustível. A participação dos veículos bicomcombustíveis nas vendas totais de automóveis passou de 52,2%, em junho, para 58,9% em julho. No ano, as vendas de veículos movidos a bicomcombustível representaram 42,4% do total, perante 51% dos automóveis à gasolina. Segundo a Anfavea, foram vendidos até julho último 381.168 unidades de automóveis flex-fuel, número que supera o total vendido em todo o ano passado na modalidade (328.379 mil unidades).

Em seu artigo, Friedman, ao mesmo tempo em que critica a política energética de George W. Bush, elogia o programa brasileiro. “A metade dos novos carros vendidos este ano no Brasil é bicomcombustível. “Fazer hidrocarbonetos e carboidratos viverem felizes no mesmo tanque deixou o Brasil próximo da independência energética, como também protegeu a economia do impacto da atual alta dos preços do petróleo”.

Assim como ocorreu com o álcool, a partir do biodiesel, podemos cultivar no Brasil o nosso próprio combustível, seja ele de soja, dendê, girassol, nabo forrageiro ou mamona.

O primeiro alvo do Qualiagro

As avaliações de conformidade e certificações são praticadas pelas empresas para ter acesso aos mercados. O recente exemplo da soja brasileira na China mostra que precisamos nos preparar melhor para o confronto no comércio internacional de qualidade. Um alerta para o Brasil face ao seu desafio de liderança mundial em importantes cadeias produtivas do agronegócio.

As expressões "ordem jurídica" e "ordem econômica e social" fazem parte do conjunto de princípios e leis, escritos ou não, para orientar o convívio civilizado entre pessoas, grupos e países. Os grupos sociais buscam a ordem, como ocorre numa cooperativa agrícola que tem um documento que a organiza e que também define as boas relações entre os associados, e deles com a sociedade.

Nestes tempos de OMC e de balança superavitária, fica mais fácil pensar e falar de uma "ordem econômica e de qualidade agropecuária": a definição de regras para o bom entendimento entre os diversos agentes econômicos, de dentro e de fora do País, em torno dos produtos originados do campo.

Mas essa harmonização tem sido buscada, antes mesmo do advento da OMC, a partir das exigências de melhores padrões de qualidade, demandados pelo desenvolvimento dos países e pelas transações internacionais, conhecidas pela sigla TIB - Tecnologia Industrial Básica.

Empresários e governo devem dar permanente atenção àqueles aspectos essenciais ao comércio internacional e interno, ao lado das cotações, dos superávits e das vitórias na OMC.

Nesse amplo campo, que, para simplificar, podemos chamar das certificações, não obtemos os melhores resultados para o empresário e a economia do País. Existe hoje, no Brasil e no mundo, uma variedade de certificações, sutilmente impostas, sem a nossa participação na elaboração das regras. Para um mesmo produto de um mesmo fabricante, embutem certificações diferentes, com acréscimos de custos.

De acordo com a CNI (1) e o MCT(2), a TIB é essencial, porque:

- a. Com a internacionalização da economia, a formação de blocos e o advento da OMC, as barreiras tarifárias desaparecem e crescem as barreiras técnicas ao comércio;
- b. A proteção de mercados se apóia em medidas relacionadas a regulamentos, normas e procedimentos para avaliação da conformidade – ou seja, a TIB dos nossos compradores e concorrentes;
- c. Os mercados são exigentes quanto à certificação de produtos por entidades credenciadas, com base em ensaios realizados por laboratórios credenciados e

conduzidos segundo medidas, normas e regulamentos técnicos;

d. Sem o reconhecimento mútuo dos sistemas de certificação e credenciamento entre os países, o preço de um produto fica acrescido do custo de tantas certificações diferentes quantos forem os mercados de destino dos bens, o que reduz a capacidade competitiva das empresas – aqui, se deve pretender o princípio de "uma só norma, um só ensaio, um só certificado, aceito amplamente";

e. Ocorre, do mesmo modo, um crescimento da necessidade de certificação de sistemas de gestão da qualidade,

O que é a TIB?

- Primeira grande meta do Projeto QUALIAGRO - Sistema de Qualidade para as Cadeias do Agronegócio, trabalho resultante de estímulo da ABAG e de convênio entre o Ministério de Ciência e Tecnologia e da FEALQ/ESALQ da USP.
- Infra-estrutura tecnológica, para harmonizar, interna e externamente, os requisitos de qualidade, abrangendo, entre outros, como instrumentos de acesso aos mercados, a metrologia (envolvendo serviços de calibração, laboratórios ensaios, testes), regulamentação técnica, normalização, avaliação de conformidade (certificação), propriedade intelectual e tecnologias de gestão.

ambiental, saúde ocupacional e segurança alimentar;

f. Num enunciado simples, podemos dizer que a TIB de cá nos qualifica para entrarmos lá, enquanto oferece barreiras técnicas quando a TIB(3) de lá falhar e permitir a vinda de produtos que não interessam ao consumidor brasileiro.

São muitos os aspectos que demonstram a necessidade de aparelharmos essa esfera tecnológica, avaliando recursos disponíveis – metrológicos, humanos, laboratoriais, normativos e outros –, ponderando oferta, demanda e carências, estimulando o fomento desses setores e modernizando e harmonizando o nosso sistema, para ampliar as atividades de certificação. Tudo isso, sem esquecer da difusão das informações tecnológicas, das tecnologias de gestão (recursos humanos capacitados) e da propriedade intelectual e outras ferramentas essenciais ao êxito do trabalho. ■

(1) CNI - Confederação Nacional da Indústria, TIB - Tecnologia Industrial Básica, www.cni.org.br.

(2) MCT - Coordenação de Política Tecnológica Industrial; Programa de tecnologia industrial básica e serviços tecnológicos para a inovação e a competitividade. Ministério da Ciência e Tecnologia - Brasília, 2001, 100 p.

(3) Não será necessária a construção de uma TIB para o agronegócio, o caminho é acrescentar à TIB desenvolvida pelo MCT as especificidades do agronegócio.



2004, um ano de deixar saudade

EVARISTO MARZABAL NEVES (*)

A edição "Melhores e Maiores", da Revista "Exame" (julho/2005), apresentou as 500 maiores empresas do Brasil, após avaliação de dados de mais de 3 mil

organizações que operam no Brasil, tomando como base os demonstrativos individuais, e não os consolidados. Dessa forma, "Melhores e Maiores" teve por objetivo medir

o desempenho das empresas individualmente, priorizando as demonstrações que consideram os efeitos de inflação em seus resultados para melhor aderência e ajustamento à realidade.

O critério de classificação utilizado foi o da receita de vendas (faturamento bruto), importante indicador da contribuição da empresa para a sociedade, em termos de produtos e serviços oferecidos. Para comparação, todos os valores foram deflacionados e ajustados para 31/12/04, considerando a variação inflacionária. Com essa padronização, se evitou que empresas cujo fechamento de balanço ocorresse em datas anteriores ou posteriores às demais fossem prejudicadas ou beneficiadas. As "receitas de vendas fornecem outros indicadores, como lucro ou prejuízo, patrimônio, crescimento de vendas, rentabilidade, liquidez, endividamento, riqueza gerada e riqueza criada por empregado".

Adotar este critério favorece comparações com o desempenho das empresas em anos anteriores, já que os ajustamentos de valores eliminaram

Posicionamento, vendas e crescimento de vendas das Cooperativas Agropecuárias

Cooperativa	Sede/Estado	Posição		Vendas em 2004	
		2003	2004	US\$ milhão	Crescimento (%)
Coamo	Campo Mourão, PR	62	53	1.573	14
Coopersucar	São Paulo, SP	50	63	1.523	-14
Aurora	Chapécó, SC	183	186	593	8
C. Vale	Palotina, PR	212	225	510	1
Carol	Orlândia, SP	250	242	476	9
Itambé	Belo Horizonte, MG	248	255	447	1,5
Cocamar	Maringá, PR	266	267	424	7
Coop. Integrada	Londrina, PR	317	291	399	20
Cooxupé	Guaxupé, MG	365	307	376	34
Comigo	Rio Verde, GO	325	322	358	NA
Lar	Medianeira, PR	346	333	347	16
Coopavel	Cascavel, PR	360	370	307	9
Cooperalfa	Chapécó, SC	378	381	299	12
Coop. Agrária	Guarapuava, PR	370	383	298	8
Carol	Rolândia, PR	394	384	298	15
Copacal	Cafelândia, PR	414	426	255	7
Cotrel	Erechim, RS	401	456	232	-8
Coop. Batavo	Carembé, PR	450	464	228	5
Castrolanda	Castro, PR	486	486	219	NA
TOTAL	-	-	-	9.159	-

Fonte: Melhores e Maiores, Rev. Exame, julho/2005. NA = não aplicável.

Crescimento das vendas mostra dinamismo

O crescimento das vendas retrata o dinamismo do setor em 2004. Dezenove cooperativas do agronegócio se colocaram entre as 500 maiores empresas do Brasil, considerando 20 setores da economia, abrangendo comércio, indústria e serviços. As 19 cooperativas registraram vendas de US\$8,856 bilhões, em 2004, sendo que 17 delas alcançaram uma evolução média de 3,1% no valor de vendas (receita bruta de vendas em reais, descontada a inflação média apontada pela variação do IGP-M, convertida para moeda de poder aquisitivo de 31/12/2004).

Apenas a Coopersucar (São

distorções causadas pela inflação ou oscilações de câmbio. Desta forma, o indicador de crescimento de renda mostra a evolução da receita bruta de vendas em reais, descontada a inflação média apontada pela variação do IGP-M. Posteriormente, as vendas são convertidas em dólares para facilitar comparações internacionais e permitir a confecção de séries históricas. As vendas em dólares foram apuradas com base nas vendas em reais, deflacionadas para a moeda de poder aquisitivo de 31/12/04 (US\$ 1 = R\$ 2,6544).

Para a análise do desempenho das cooperativas do agronegócio, se tomou como base dois indicadores:

1) Receita de vendas e seu crescimento em 2004 para um comparativo com 2003;

2) Riqueza criada por empregado, sendo esta medida pelo total de riqueza criada pela empresa dividido pela média aritmética do número de empregados, sem levar em conta eventuais serviços terceirizados. ■

(*) Professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ-USP – emneves@esalq.usp.br

Paulo, SP) e a Cotrel (Erechim, RS) registraram crescimento negativo em vendas. Verificaram-se excelentes desempenhos da Cooxupé (Guaxupé, MG), Cooperativa Integrada (Londrina, PR), Lar (Medianeira, PR), Carol (Rolândia, PR) e a Coamo (Campo Mourão, PR). As cooperativas do Paraná tiveram bom desempenho, principalmente, com as vendas do complexo da soja (grão, óleo e farelo). Entre as 19 cooperativas, onze estão sediadas no Estado do Paraná; duas, nos Estados de Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais; e uma, nos Estados do Rio Grande do Sul e Goiás. Predominam, portanto, as cooperativas da região Sul (14), seguidas da região Sudeste (4) e uma no Centro-Oeste.

Riqueza Criada por Empregado

A riqueza criada representa a contribuição da empresa na formação do Produto Interno Bruto (PIB) do País. No seu cálculo, são também contabilizados os valores recebidos em transferências, como receitas financeiras, resultados de equivalência patrimonial e depreciações.

A riqueza criada por empregado é obtida pela divisão do total da Riqueza Criada pela empresa pela média aritmética do número de empregados, sem levar em conta os serviços terceirizados eventuais. Em síntese, ela mede o quanto a empresa produz de riqueza em relação ao número de empregados, independentemente do volume total de vendas ou da margem de lucro. É um indicador importante, pois serve para indicar a produtividade dos trabalhadores e a contribuição média de cada um na riqueza gerada pela empresa.

Destaca-se a riqueza criada por empregado pelas Cooperativas Castrolanda (Castro, PR), Agrária, Batavo e Coamo, todas estas do Paraná, e a Carol e Cooxupé (Guaxupé, MG).

O Balanço das 500 maiores empresas do País, em 2004, apresentou os melhores resultados dos últimos 10 anos e um feito que não se via há tempos: o crescimento simultâneo de venda e lucros. O ano anterior (2003) já fora considerado muito bom, em relação com anos passados; porém, ao mesmo em tempo que registrou bons lucros (US\$26 bilhões), evidenciou um declínio em vendas de 3,4% e um encolhimento nos ativos.

Com essas informações e devido à retração nas exportações do complexo da soja, à seca no sul, retração na produção e valorização do real no 1º semestre de 2005, a expectativa é de um desempenho não tão espetacular no balanço e apuração dos dados para a próxima edição das "Melhores e Maiores" Empresas em 2005. É esperar para ver.

A sensação reinante é de que 2004 foi um ano de deixar saudade para as cooperativas do agronegócio, principalmente para aquelas que têm sua força comercial nos grãos, cereais e fibras.

Riqueza criada por empregado das cooperativas brasileiras do agronegócio

Cooperativa	Sede/ Estado	Número de empregados	Riqueza criada por empregado (US\$)
Castrolândia	Castro, PR	372	71,5
Coop Agrária	Guarapuava, PR	861	65,0
Coop Batavo	Carambei, PR	358	57,4
Coamo	Campo Mourão, PR	4136	51,3
Carol	Orlândia, SP	1463	46,7
Cooxupé	Guaxupé, MG	1301	45,7
Itambé	Belo Horizonte, MG	2521	29,8
Corol	Rolândia, PR	1438	27,0
Cooperalfa	Chapecó, SC	1164	24,5
Coop Integrada	Londrina, PR	1478	24,3
C. Vale	Palotina, PR	3131	22,3
Lar	Medianeira, PR	3651	21,4
Cocamar	Maringá, PR	3368	19,4
Copacol	Cafelândia, PR	4000	14,8
Coopavel	Cascavel, PR	3650	13,5
Aurora	Chapecó, SC	8335	11,0
Cotrel	Erechim, RS	2910	6,4

Fonte: Melhores e Maiores, Rev. Exame, julho/2005.

Operações de troca de insumos por algodão

Em meados de cada ano, produtores de algodão e empresas agroquímicas iniciam as negociações em torno da comercialização de insumos, como defensivos e fertilizantes. As alternativas para o produtor são normalmente os pagamentos à vista e a prazo de safra (após a colheita), nesse caso, em dinheiro ou em mercadoria.

No modelo "prazo-safra" com o pagamento em algodão, também conhecido como "troca", o produtor obtém certa quantidade de insumos em troca de entregar algodão ao fornecedor do insumo após a colheita.

RISCOS DA OPERAÇÃO

De crédito: o produtor não liquida seu compromisso no prazo estabelecido, que deve ser minimizado por meio do oferecimento de garantias pelo produtor.

De preço: a cotação baixa no momento da liquidação da operação de "troca" pelo produtor; pode não cobrir o montante financeiro adiantado em forma de insumos.

O risco de preço da fornecedora de insumos com a queda do preço pode ser administrado por meio de uma venda futura, através da relação de troca, a partir do preço futuro da BM&F. Como exemplo, foi desenvolvida uma simulação para a região de Itumbiara, GO, com preço futuro de julho de 2006 e entrega do algodão no início de junho. O vencimento do contrato futuro se refere ao mês anterior ao futuro.

Para montar a operação de "troca", a fornecedora de insumos precisa de dois valores: o valor que se deseja recuperar referente aos insumos fornecidos e o preço do algodão no futuro para a região onde foi efetuada a "troca".

O "valor dos insumos" é composto pelo preço do insumo, margem comercial e custo de oportunidade do capital no período, estabelecido em US\$ 150.000,00.

O "preço para relação de troca" é obtido da seguinte maneira:

- Preço futuro da BM&F (julho/06), US\$¢51,80/lp;
- (-) custos operacionais:
 - emolumentos: são custos da BM&F, US\$¢ 0,0026/lp;
 - corretagem: é o valor destinado à corretora de mercadorias que intermediou a operação, US\$¢0,31/lp;
- (-) base: é a diferença de preços entre a localidade onde será entregue o algodão, Itumbiara, e a praça de formação de preços do contrato futuro, que é São Paulo, US\$¢1,50/lp.

Para saber a quantidade de algodão que o produtor

deve comprometer, se divide o "Valor dos insumos" pelo "Preço para relação de troca", calculado em US\$¢49,99/lp. A quantidade de algodão que o produtor deverá entregar para liquidar sua troca com a fornecedora de insumos, 136,12 t de algodão em pluma.

Ao mesmo tempo em que a empresa fornecedora de insumos assina

o contrato de "troca", deve vender futuros (julho) para a mesma época da entrega do algodão pelo produtor (junho), fixando a relação de troca e garantindo sua receita esperada.

CENÁRIO DE PREÇOS EM QUEDA

O preço do mês futuro "julho de 2006" apresenta queda de US\$¢51,80/lp para US\$¢41,80/lp, gerando uma receita total para a fornecedora de insumos de US\$¢ 10,00/lp, pela sua posição na BM&F.

Como o preço de Itumbiara acompanha o preço da

Cálculo da relação de troca entre insumos e algodão

Mercadoria algodão	
Data da contratação	5/7/2005
Região	Itumbiara
Mês e ano da liquidação	jun-06
Mês futuro de referência	jul-06
Preço futuro BM&F na entrada	US\$¢51,80/lp
Custos do hedge (entrada e saída)	US\$¢0,31/lp
Base- junho (desconto)	US\$¢1,50/lp
Preço para relação de troca	US\$¢49,99/lp
Valor dos insumos	US\$150.000,00
Quantidade de algodão para pagar insumos	136,12t- pluma

Notações do algodão

12,5 toneladas = 27.557,50 lp
1 kg = 2,2046 lp
0,45359 kg = 1 lp
1.000 kg = 2.204,60 lp
12,5 toneladas = 27.557,50 lp
1@ = 33,069 lp

BM&F, que reflete a praça de São Paulo, se espera que o preço para o produtor em Itumbiara esteja ao redor de US\$40,00/lp = US\$41,80/lp (futuro) - US\$0,31/lp (custos) - US\$1,50/lp (base).

O valor protegido pela empresa de insumo no início da operação de "troca" corresponde à soma do preço do algodão e à receita do mercado futuro, em US\$49,99/lp,

CENÁRIO DE PREÇOS EM ALTA

O preço do mês futuro "julho de 2006" sobe de US\$51,80/lp para US\$56,80/lp, levando a um desembolso total da fornecedora de insumos de US\$5,00/lp, pela sua posição na BM&F.

O preço do algodão em Itumbiara também reage para algo ao redor de US\$55,00/lp = US\$56,80/lp (futuro) - US\$0,31/lp (custos) - US\$1,50/lp (base).

O resultado total será de US\$49,99/lp = - US\$5,00/lp (futuro) + US\$54,99/lp (algodão à vista), o mesmo valor que a fornecedora de insumos desejou "travar" na assinatura do contrato de "troca".

CONCLUSÕES

Independentemente da trajetória das cotações do mercado, o preço da relação de troca está "travado". A margem da empresa fornecedora de insumos está embutida no valor que a empresa queria recuperar com a receita gerada pela venda entregue pelo produtor.

O valor estabelecido como base, conceituado pelo diferencial entre a região da "troca" e a localidade de formação de preço do contrato futuro, US\$1,50/lp, contempla uma margem de segurança para o caso de ser maior no momento da entrega do algodão.

ESTRATÉGIA DA FORNECEDORA DE INSUMOS

Como no momento de liquidação a fornecedora de insumos, por não processar ou exportar algodão, não deseja receber a mercadoria, existem as seguintes alternativas:

1. Entregar o algodão na BM&F, indicando o produtor como entregador, desde que se firme um contrato de cessão de direitos, pois o resultado financeiro referente à entrega na Bolsa deverá ser creditado à empre-

sa, e não ao produtor.

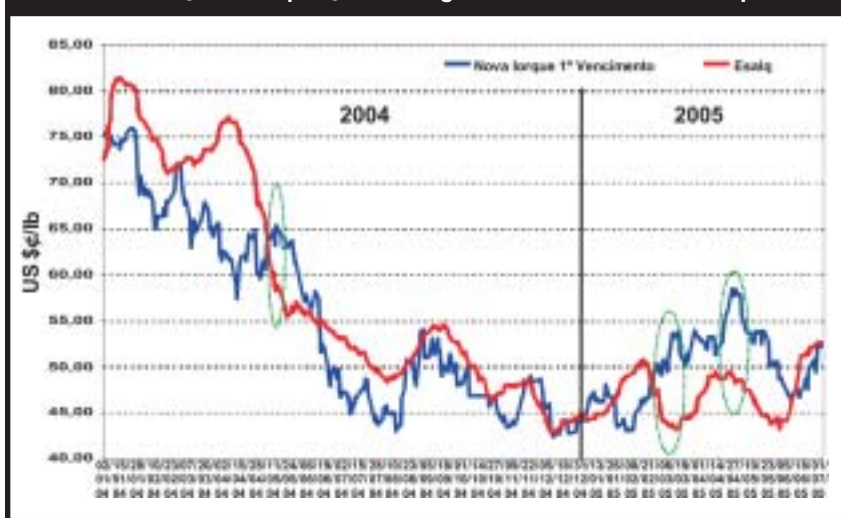
2. Antes do início da operação, contatar com uma exportadora para receber o algodão do produtor e pagar para a fornecedora de insumos o preço do contrato futuro de algodão do mês correspondente, uma vez que ela se protege no mercado futuro contra eventuais quedas de preços. Talvez, essa modalidade exija que outro agente se responsabilize pela logística, caso a exportadora queira receber esse algodão no porto, mediante o pagamento de ágio referente ao frete. Deve-se considerar o risco da exportadora, se, por algum motivo, não honrar o compromisso de compra do algodão.

3. Solicitar que uma exportadora forneça a relação de troca e garanta o recebimento do algodão ao preço garantido. Nesse caso o risco de preço recai para a exportadora que deverá efetuar o hedge na BM&F. Sugere-se que a fornecedora de insumos desenvolva uma operação de "troca-piloto", com a finalidade de avaliar o modelo antes do lançamento de campanhas mais agressivas.

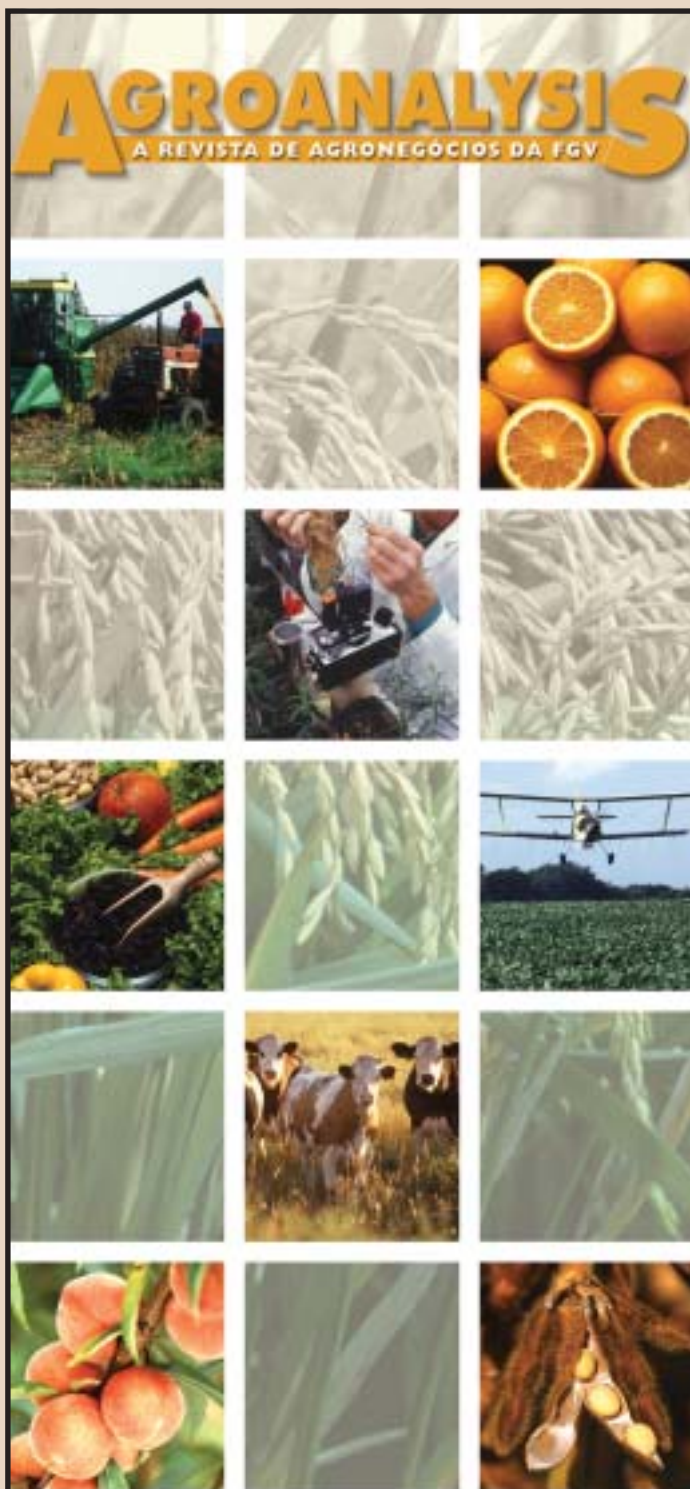
RISCO DE BASE

No mercado do algodão, é comum que os agentes se baseiem nas cotações da Bolsa internacional, porém, se a empresa de insumos (ou exportador) efetuar a operação de "troca", se protegendo na Bolsa Internacional, e o preço futuro subir, haverá um desembolso financeiro.

Evolução dos preços do algodão – Nova York/Esalq



Para que a relação de troca fique protegida, o valor do algodão em Itumbiara deverá subir na mesma proporção, para anular o desembolso no mercado futuro. O preço doméstico não segue o preço internacional, pois as cotações do algodão no Brasil não são formadas pelo mercado internacional, mas, sim, pelo mercado interno. ■



Ligue 0800 770 88 81
e assine a publicação
que melhor
acompanha o
AGRONEGÓCIO

LEGISLAÇÃO

O ITR na ótica dos tribunais

LUIZ AUGUSTO GERMANI

O Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR é um tributo progressivo, com o fim de desestimular o exercício do Direito de Propriedade de imóveis rurais, sem a observância da função social e econômica da terra. Seu fim maior é penalizar o uso da terra como reserva de valor ou com fins especulativos, em detrimento da produção de alimentos e da geração de empregos. Conseqüentemente, a carga fiscal pesa mais quanto maior for o tamanho e menor for a produtividade de um imóvel.

Até o exercício de 1.993, o tributo foi administrado de forma regular. Entretanto, em 1.994, para gerar maior arrecadação, foi promulgada a Lei 8.847, que permitia lançamentos procedidos "de ofício" pela Receita Federal, independentemente da declaração do contribuinte.

Com os Tribunais acionados e suas decisões judiciais, foi promulgada a Lei 9393/96, que rege o tributo até a presente data. O ITR voltou a ser um tributo que depende da declaração do contribuinte para seu lançamento.

O fisco federal, entretanto, passou a criar uma série de obstáculos à homologação da declaração do contribuinte, lançando, de ofício, tributo complementar ao declarado e recolhido pelo proprietário rural, com as alegações de que:

- (1) Só a entrega do Ato Declaratório Ambiental-ADA ao IBAMA, desde 1997, pode justificar a isenção tributária das áreas de reserva legal e de preservação permanente;
- (2) Cabe a tributação das áreas de reserva legal que superam a área mínima estabelecida pelo Código Florestal;
- (3) Devem ser tributadas como áreas aproveitáveis, mas não utilizadas, as áreas de pastagens, uma vez que paire alguma dúvida em relação à quantidade de gado existente no imóvel.

Novamente, os Tribunais se manifestaram e decidiram que:

- (1) A entrega do ADA ao IBAMA só é condição para isenção tributária das áreas ambientais, a partir do exercício de 2001;
- (2) A área de reserva legal, abatida da base de cálculo do ITR, pode ser superior à área mínima estabelecida pelo Código Florestal, mesmo que a reserva tenha sido averbada na Matrícula do imóvel rural em sua dimensão mínima;
- (3) O fisco não pode lançar o tributo sobre as áreas de pastagens, como se não utilizadas fossem, sob a alegação de que tem "dúvidas" acerca da quantidade de gado existente no imóvel rural.
- (4) Qualquer inverdade, omissão, erro apontado pela administração pública na DIRT deverá ser objeto de comprovação, inclusive, por vistoria, se assim for requerido pelo contribuinte.

ACESSE GRÁTIS:
www.embrapa.br

INFORMAÇÕES SOBRE PESQUISAS E TECNOLOGIAS AGROPECUÁRIAS
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Brasil em Relevo - um conjunto de aplicações para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro. Programas de manejo de bacias hidrográficas, melhoria da infra-estrutura rural, conservação de solos e preservação de recursos florestais, apoio ao cumprimento do código florestal, à gestão de recursos hídricos e à melhoria da cartografia topográfica disponível, principalmente na Amazônia.

Embrapa
Com Desenvolvimento Sustentável

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL



GVconsult. A consultoria que faz a diferença.

Desenvolva todas as potencialidades do seu agronegócio.
Entre em contato com a GVconsult.

A GVconsult é o braço de consultoria da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Contando com o conhecimento gerado pelas Escolas de Administração de Empresas (EAESP), de Economia (EESP) e de Direito (EDES) da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, garante uma análise profunda, abrangente e atual do seu negócio. Além disso, a GVconsult possui profissionais especializados em agronegócios, prontos para orientá-lo sobre todos os aspectos da sua gestão.

Esteja um passo à frente. Agende uma visita de nossos consultores.

Áreas de Atuação no Agronegócio

Análise de Cadeias Produtivas • Análise de Sistemas de Informação • Análise de Viabilidade de Planos de Negócio • Avaliação de Empresas • Otimização de Processos de Logística

Outras Áreas de Atuação da GVconsult

Administração Hospitalar e de Saúde • Administração Pública Estadual e Federal • Administração Pública Municipal • Análise Econômica • Concurso Público • Controladoria • Direito Empresarial • Estudos de Energia • Finanças • Gestão Ambiental • Gestão de Esportes • Gestão do Capital Humano • Marketing • Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão • Operações • Produção, Serviços e Logística • Planejamento Empresarial • Planos de Previdência Complementar • Reestruturação Organizacional e de Processos • Tecnologia da Informação



Avenida Paulista, 548, 8º andar, São Paulo - SP - Brasil • CEP 01310-000
Tels.: (11) 3281.7784 • 3281.7785 • 3281.7915 • Fax: (11) 3281.7891
gvconsult@fgvsp.br • www.gvconsult.com.br

